



CENA BRASILEIRA

Colônias de Férias — entre os oito e os 12 anos, as crianças aprendem a marchar, cantar hinos, respeitar a autoridade e fazer poupança

CRIANÇAS NOS QUARTÉIS

Paulo César

Enquanto as 1.500 crianças, dispostas em trinta turmas, desfilam a passo de soldado em frente ao palanque onde, orgulhosas, estão as mães e os oficiais da Escola de Educação Física do Exército, no Rio, o sargento Lima não pára de falar no autofalante: "Vamos ver que turma desfila melhor, vamos ver que fila faz igualzinho ao desfile de sete de setembro... Olha lá, Marquinho, você não está marchando direito... Lá vem o Rubinho, que hoje está fazendo aniversário... Palmas para o Rubinho... Que beleza..."

O sargento dá a impressão de conhecer cada criança, e tanto elas quanto as mães se envaidecem com isso. Quando a "coluna" passa em frente ao palanque, as crianças se compenetraram no compasso da marcha, marcado pelos tambores, e batem continência. Terminado o desfile, algumas mães mais entusiasmadas cercam o sargento Lima. "Foi maravilhoso, Lima, maravilhoso. Nunca vi o meu filho tão comportadinho". Uma criança de oito ou nove anos comenta com o pai, que o acompanhava: "Ele é igualzinho ao Capitão Aza", se referindo a um personagem da televisão que, entre marchas marciais e ordens a uma suposta "torre de controle", comanda um programa de desenhos animados do Super-Homem e do Homem de Ferro.

Estava terminada a cerimônia de abertura de mais um dia de funcionamento da Colônia de Férias do Forte da Urca, que assim como mais de vinte guarnições do Exército, Marinha e Polícia Militar do Estado do Rio promovem durante o mês de janeiro, na capital e no interior do Estado, sessões de exercícios físicos e aulas de civismo para um total de 12 mil crianças.

Neste ano as colônias de férias foram lançadas através de uma grande campanha de relações públicas. A da Polícia Militar, por exemplo, é feita em torno de um slogan: "Bendito o dia em que, ao invés de soldados na praça, temos crianças nos quartéis".

O que fazem as crianças nos quartéis?

Depois do desfile, as turmas de cinquenta crianças, homogêneas no sexo e na idade, vão se espalhando pelas dependências do forte, acompanhadas por um instrutor, para as práticas desportivas (1). Enquanto isso, os pais e responsáveis se concentram no auditório para a eleição do "comitê dos pais", que vai auxiliar a direção do forte na organização da colônia. "Tudo será feito de forma democrática, com o objetivo de integrar os pais e a colô-

nia na missão de educar", começa o Comandante do forte. A partir daí ele explica as "medidas de disciplina" impostas às crianças ("se cada um fizer o que bem entender, isto aqui vira uma bagunça") e pede que cada pai se encarregue de consolidar em casa os ensinamentos que a colônia proporciona. Mais tarde, depois de terminada a reunião, o Coronel relações públicas do forte, entusiasticamente aplaudido pelos pais, resumia o objetivo da Colônia: "Precisamos ensinar civismo a estas crianças. E nós o fazemos em gotas".

O Coronel apenas completava o raciocínio de um outro relações-públicas, o Major Brito, do Forte do Leme, que também promove uma campanha: "A principal tarefa do Exército nas Colônias de Férias é a formação cívica das crianças e a integração na comunidade, além de ajudar a criar uma nova imagem do Exército. É claro que, no período de férias escolares, nós não vamos sentar as crianças em salas e dar aulas de moral e cívica. Tudo é ministrado na prática".

As aulas de civismo que os pais devem consolidar em casa acompanham a criança durante todo o tempo que ela permanece no quartel. Antes de começar os exercícios, que são supervisionados por sargentos oficiais ou estagiários de educação física, as crianças perfilam-se no campo de futebol e ouvem uma pequena preleção do oficial responsável pela colônia. Uma vez por semana a cerimônia inclui o hasteamento da bandeira e o hino nacional, tudo acompanhado por uma rígida disciplina. Algumas mães, que acompanhavam seus filhos na cerimônia de abertura da Colônia do Leme, chegaram a reclamar das exigências feitas pelo regulamento: as crianças devem aprender a letra do hino nacional, hino à bandeira, hino da independência, hino da república, hino da cidade e hino da colônia de férias ("Com meu Exército/Minha Colônia/Daremos tanto/Calor ao meu Brasil). Uma mãe comentava: "É exigir demais que o meu filho de oito anos decore tudo isso".

Colaborações

Segundo o relações públicas do forte Duque de Caxias, as noções de civismo que as crianças devem aprender incluem "ordem, respeito a horários, preservação do meio ambiente ("não é por birra que proibimos as crianças de pisar na grama"), higiene, honestidade, pagamento de impostos, hierarquia, obediência, colaboração com as autoridades e poupança". Quanto a este úl-

timo item, o Major afirma que "as autoridades do forte contam com a colaboração da Caderneta de Poupança Delfim", uma das maiores do Estado. A taxa de inscrição de Cr\$ 50,00 paga por todas as crianças é devolvida ao final da Colônia pela Delfim em forma de caderneta de poupança, "e as crianças vão aprendendo a fazer seu pé de meia".

Além disso, a Delfim também fornece gratuitamente para as crianças as camisetas para os exercícios e uma sacola de vinil, ambas com o nome da empresa gravado. Já o gorriño colorido que todas as crianças usam traz o logotipo da Shell Brasileira de Petróleo, que disputa com a Atlantic (patrocinadora dos quimonos para as aulas de judô, com seu símbolo igualmente gravado nas costas) a primazia da propaganda de derivados de petróleo.

Todos os anos as Colônias de Férias são aguardadas com ansiedade pelas crianças e pais, o que provoca imensas filas nas portas dos quartéis quando são abertas as inscrições. Principalmente pelas famílias mais pobres, que não tem como passar as férias fora da cidade. "A colônia, explica uma mãe, é o paraíso para meus filhos. Na cidade, hoje em dia, as crianças não tem como brincar, porque qualquer área mais livre é logo transformada em prédio ou estacionamento.

A merenda que algumas colônias oferecem para as crianças no meio dos exercícios, que costumam ir das oito da manhã ao meio dia, também contribui para atrair muita gente. Composta de sanduíche, leite e refrigerante, ela é gratuitamente oferecida pelas empresas que, assim como a Delfim, a Shell e a Atlantic, recolhem os dividendos gerados pela propaganda.

jornais, em MOVIMENTO os leitores também são uma peça importante da produção do jornal: MOVIMENTO é sustentado apenas pela venda em bancas e assinaturas; portanto, quanto mais leitores e assinantes, melhor qualidade podemos oferecer. Leia, divulgue e faça seus amigos assinarem MOVIMENTO, a imprensa do leitor.

(1) Ginástica de solo, atletismo, jogos, natação, praia, ginástica moderna para meninas, judô para meninos, são o programa básico. Algumas colônias oferecem atividades especiais para as crianças — tiro ao alvo com espingardas de ar comprimido, por exemplo — e para as mães que acompanham os filhos — ginástica moderna e aulas de artesanato.

ELA



A PORNOCHANCHADA

Jean Claude Bernardet

erta feita havia dois *displays* na frente do cinema Coral (S. Paulo): *O supereficiente*, filme italiano com Lando Buzzanca, e *Confissões amorosas*, filme brasileiro de C. Reichenbach. Pararam dois senhores, terno cinza, cerca de 45 anos, olharam os dois *displays*. E se afastaram xingando o cinema brasileiro que era só sexo, só pornografia.

Este é um aspecto positivo da pornochanchada. No caso, *Confissões amorosas* é um filme erótico que não se inclui no rol das ditas chanchadas. *O supereficiente*, embora pornochanchada não motivou por parte dos senhores o comentário de que o cinema italiano seria só pornografia, porque este filme se inclui em outra categoria: o cinema estrangeiro. A avalanche de comédias eróticas brasileiras, ao mesmo tempo que levou muita gente às salas, levou também muita gente a se pronunciar sobre cinema brasileiro, como que reivindicando uma participação na responsabilidade de fazer cinema no Brasil. Testemunhas são as diversas cartas de leitores publicadas pelo *Jornal do Brasil*, atacando a pornochanchada. Mesmo assumindo uma atitude apenas negativa, estes leitores revelam ter com a pornochanchada brasileira vínculos que não tem com a estrangeira exibida no Brasil. Senão o Lando Buzzanca também seria objeto de cartas indignadas, e também o Kung-fu que difunde uma violência primária e sádica. O que não se verifica. O que vem sendo questionado não são, portanto, os produtos colocados à disposição do público, nem o fato de que o público veja pornochanchada, mas sim o fato de que se produzam pornochanchadas no Brasil.

Os opositores da pornochanchada quando generalizam "cinema brasileiro é só pornografia", não assumem posições contra o cinema brasileiro em geral; é inclusive em nome de um outro cinema brasileiro que os ataques são desfechados: filmes grosseiros "atualmente impingidos em nome do cinema nacional", diz um missivista (JB, 7/7/75). Quer dizer que há ou poderia haver um outro tipo de produção aceita como cinema nacional. Estoutro cinema que deveria ser colocado no lugar da pornochanchada nunca é definido, ele só se caracteriza, salvo exceção, por não-ser-pornochanchada.

Por que esta oposição? Por que os filmes dão dinheiro? Por que seriam estilisticamente mal realizados? Por que se referem ao sexo? Por que apresentam chulices? Certamente por nenhum desses motivos. Sexo houve em *A estrela sobe*, *Guerra Conjugal* e ninguém achou ruim. Muita gente lastima não poder ver *O último tango em Paris*, e não é exatamente por causa do acompanhamento musical. Chulices? O público culto aceita bem a cena dos borborigmos de Humphrey Bogart em *African Queen*. Aceita a referência ao câmbio de mão na sequência erótica dentro do carro em *A classe operária vai ao paraíso*, ou a sequência das fotos pornográficas em *O fantasma da liberdade*, e ninguém se queixa de que a última foto apresenta-

Pornô é só grossura vulgar?
É só mau gosto estampado? Nada disso.
É uma guerra como as outras: aí dos vencidos!

DÁ O QUE
ELES GOSTAM?

da seja um obelisco. Mas não se pode comparar! A genitalia de *A estrela sobe* é dramática e psicologicamente justificada numa cena de sado-masochismo. Nos outros filmes citados, são breves referências feitas com elegância, momentos rápidos, e nunca motivos que os filmes explorem grosseiramente do início ao fim. O que não choca no obelisco de Buñuel e o que choca no Dedo de Deus e outras cenas da pornochanchada é a maneira de apresentar a coisa. A safadice de alto luxo não choca. No fundo, uma questão de estilo. A chamada vulgaridade é, basicamente, o que se ataca nestes filmes. Com exceção de alguns críticos (J. C. Avelar, M. R. Kehl e poucos outros) os ataques não foram dirigidos contra os aspectos ideológicos reacionários destas comédias, valorização do machismo, submissão da mulher, etc., mas dirigidos contra o "mau gosto". O meu gosto é o bom, o teu é o mau. Uma campanha moral e estética tipo Senhoras do chá das cinco. A luta é contra uma imagem cinematográfica que revelaria um aspecto inconveniente da sociedade brasileira. Uma imagem de "grossura", de "obsessão por sexo". Esta a imagem que se precisa destruir e substituir por outra.

Só que esta imagem não é apenas cinematográfica. Ela corresponde a camadas sociais. Pesquisas a respeito não existem, mas testes superficiais podem ser feitos: o trailer insistentemente apresentado de *O homem da cabeça de ouro* provoca amplos risos nas salas da Cinelândia, na apresentação da dita cabeça, enquanto que as reações são muito mais reservadas nas salas elegantes da zona sul. Pode-se afirmar que a pornochanchada é um gênero de aceitação popular (o que não quer dizer que seja um gênero popular). Seus opositores pertencem ao público culto. Estes opositores, via de regra, não se perguntam o que de significativo para eles os amantes de pornochanchada encontram nestes filmes. Estão propondo é substituir o cinema que eles não querem pelo cinema que eles querem. Substituir o sexo que eles não querem, a que chamam de pornografia, pelo sexo que querem a que chamam de erotismo.

É óbvio que as platéias que curtem a pornochanchada encontram nela elementos significativos. Encontram o circo com que desde Roma os "senhores" divertem a "plebe". Ao aludir comicamente ao objeto da restrição sexual, estes filmes provocam uma liberação momentânea que permite suportar e confirmar essa mesma restrição. A *alusão* ao proibido sexual não tem nenhum efeito realmente liberador, já que ele se dá num quadro de valores que alimentam a restrição (a família, o machismo, etc.). A pornochanchada faz parte intrínseca dos mecanismos sociais de repressão sexual. Nesse sentido, a pornochanchada não é nenhum corpo estranho no meio ambiente. Por que eliminar a pornografia das telas se ela permanece nas portas dos banheiros dos cinemas?

O sexo é concebido técnica e quantitativamente. Raro a

relação sexual é relação entre pessoas, mas uma *performance*. E não se trata de aprofundar uma relação sexual, mas ao contrário de multiplicá-la com parceiros sucessivos. Uma relação de dominação em que quem aneja mais é mais poderoso. O macho que possui mais fêmeas, não só domina as fêmeas, como domina também os outros machos que possuam menos fêmeas. Isto não implica em que o macho seja conquistador, pode ser até passivo e procurado pelas fêmeas, o que importa é a soma final. Uma guerra, é uma guerra sem o outro, solitária e egoísta. Esta solidão se expressa frequentemente pelo *voyeurismo*, indiscutivelmente um dos temas-chaves desse cinema: a satisfação sem a posse (mecanismo complexo que só poderia ser tratado separadamente: *voyeurismo* dos personagens e *voyeurismo* da platéia). Em oposição ao macho poderoso, aparece o impotente, quase sempre encarnado por um homossexual. O macho e este fazem uma dobradiça, eles são os opostos complementares. Não é personagem que apimente um pouco mais a pornochanchada, é personagem estrutural, tanto quanto o macho. Servindo os homossexuais de bode expiatório, rir deles é reafirmar o machismo e exorcisar o grande temor, a impotência e a castração, que me parecem ser o tema-mor da pornochanchada. Sob este aspecto, a pornochanchada é uma luta imaginária e infinitamente repetida contra a insegurança sexual, o fantasma da impotência.

A pornochanchada enfoca também outros pontos: em que filmes que não a pornochanchada, o público de baixa classe média vai encontrar deboche de certos meios sociais, dos escritórios acarpetados para os quais este público trabalha, dos edifícios estilo *kitchinets*?

Bloqueada uma crítica mais consistente, a pornochanchada acaba sendo a parte da produção onde, bem ou mal, acaba se refletindo um aspecto importante da vida urbana. Mas, mais revelador do que isto é a tese sugerida por J. C. Avelar no *Jornal do Brasil*, que afirma não ser o sexo o elemento relevante da pornochanchada: O sexo seria basicamente uma metáfora involuntária que expressa a sociedade global em que vivem os espectadores da pornochanchada. Essa guerra, esse sexo técnico e quantitativo, esse desprezo pelo outro, essa valorização do capaz contra o incapaz e ineficiente são traços da vida social.

A isto seria também necessário acrescentar toda uma estética de folhinha de mercearia: as cores, os nus artísticos, as mulheres volumosas, correspondem a gostos vigentes. Tudo faz com que a pornochanchada encontre seus fundamentos.

A pornochanchada não é um gênero, é um artigo de consumo que visa o lucro como outro qualquer, mas para ser aceito como vem sendo, é necessário que, juntamente com toda a alienação e confirmação de preconceitos que ela traz, ela tenha elementos de identificação com a situação objetiva vivida pelo público.

Capítulo à parte

Grande parte do "erotismo" da pornochanchada vem do seu material publicitário. Verdadeiras ciladas se armam ao desejosamente incauto espectador (ver entrevista com Paulo Emilio). Deve-se ressaltar, é claro, que o truque não é exclusivo dos filmes nacionais. Não é muito incomum, por exemplo, alguns cinemas da barra-pesada de São Paulo trocarem os nomes de filmes considerados "sérios" por nomes mais picarescos, para chegar mais gente.

Por nossa incauta conta e risco traçamos alguns roteiros (e comentários paralelos) do que caberia esperar de nomes, chamadas e cartazes de alguns filmes "eróticos".

1) Cada um dá o que tem

Chamada: "Nunca tantas deram tanto em tão pouco tempo" (o grifo é do cartaz). Espera-se um frenesi generalizado. O cartaz mostra várias mulheres seminuas: uma coça metafisicamente o cabelo; outra põe a mão na cintura. Outras duas, ajoelhadas, arrebitam os traseiros. O incauto espectador espera, naturalmente, que o verbo *dar* abranja mais do que a nossa vã filosofia, ou seja, o corpo inteiro, de cabo a rabo. Este é o único *enredo* proposto pelo material publicitário: a ampliação do verbo. Quer dizer, que não é um enredo, mas sim uma situação determinada.

2) O roubo das calcinhas

Uma das mais decepcionantes para incautos, embora vários comentários indiquem ser um dos melhores filmes da *troupe*. A grande chamada do nome e dos cartazes é a sugestão de que o ladrão roubaria este objeto *in loco*: retenção na fonte. Especial para fetichistas, adoradores solitários de objetos de intimidade feminina. Recomendável para a solidão das grandes cidades, dos pequenos apartamentos. Na verdade é um filme sobre os dramas da "pendura", onde por acaso, se comete um roubo num local em que as mulheres, é claro, usam calcinhas.

3) Uma mulata para todos

Foto: mulher seminua de braços abertos. A chamada vai direta ao assunto (numa linha "Ela queria dar para todos... (noutra linha)...o seu coração. Mas eles queriam muito mais que isso". Como se vê tudo é sempre jogado para uma sugestão que vai além da, digamos,

"normalidade" (não estou reconhecendo que isso tenha existência concreta). O "muito mais" evidentemente vale para o coração e para o conjunto da primeira frase. Está sempre sugerida a posse de um objeto (uma mulher, no caso), com o qual se faz "de tudo". A posse não é só quantitativa (um grande número de objetivos). Também é qualitativa: interessa um objeto inteiramente dócil aos desmandos de seu amo e senhor.

4) Com as calças na mão

("A grande pornochanchada brasileira"). Diz outra chamada: "40 superartistas e com um pinto muito vivo". Quer dizer: quarenta para um. O muito ativo. O supernormal. O além de si mesmo. O quebra-tóco. O fura-pedra. O adeus às armas. A ilustração também é sugestiva: várias mulheres dependuram-se num longo braço cuja mão lembra a cabeça de um galo. A mão segura uma calça. Esclarece-se um detalhe: há uma sombra "animalesca" no fundo de tudo isso. Uma "liberação". Em verdade, evidentemente, uma fuga. Pois a realização efetiva das coisas que esse tipo de publicidade promete seria a destruição do gênero porno chanchada (como *publicidade*), já que ele vive dessa expectativa insatisfeita. O mecanismo é complexo no fundo, o espectador deve pelo menos "suspeitar" que sua expectativa não será preenchida. Pois só assim ele terá uma futura oportunidade de espiar as mesmas coisas. E assim por diante por todos os séculos. Como o sujeito que no dia em que casou perdeu um assunto. Há um forte elemento masoquista nisso tudo. A gente vai ver e não vai ver. Gosta do logro.

5) As secretárias que fazem de tudo

Na verdade fazem muito pouco: limitam-se a agitar as nádegas frente aos patrões. Depois casam e são felizes para sempre. Mas o chamamento é o mesmo: *fazem de tudo*, quer dizer, mais do que a prometida força humana. O foco subliminar do título, por outro lado, está dirigido para alguém que "aguenta-tudo", quer dizer, um superfôlego capaz de aguentar repuxo das secretárias. Com quem, naturalmente, o nosso espectador incautamente se identificará. E dormirá feliz, pois se os patrões e outros namorados das secretárias do filme no fundo não são de nada, pois nada *aparece* de verdade na tela (exceto os aludidos rebolados) ele, em sua secreta relação com o título, é capaz de tudo. E neste estado semi-beatífico ficará até que outro cartaz, outra chamada, o reponha em estado de ansiedade solitária, e o faça entrar em novo filme de "meia-satisfação"...

(Iago de Souza)



Projeto-Creche: crianças até os três anos

TAMAR DE CASTRO

RIO (Sucursal) — Na Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência, um ante-projeto — chamado Projeto Creche — pode modificar a vida presente e o futuro de milhões de brasileiros: pretende implantar, prioritariamente nas novas áreas metropolitanas e no Distrito Federal locais de atendimento a crianças na faixa etária de três meses até três anos.

Segundo o ante projeto (a construção e instalação de uma creche ideal) abrigando 100 crianças com conforto e alimentação sadia custará cerca de 600 mil cruzeiros. No primeiro ano de instalação dessas creches, seriam dispendidos Cr\$ 1.300 por mês.

Parece caro, mas é pouco mais da metade do que dispende o INPS com diárias hospitalares de crianças internadas por problemas originados da subnutrição. Fora os Cr\$ 80,00 de internação — que inclui apenas cama, comida e enfermagem — o Instituto paga ainda cotas extra de médico, raios X, operações e remédios por criança internada.

Segundo técnicos da Previdência Social que se confessam "entusiasmados com o plano", o custo calculado para cada criança cai para Cr\$ 472 mensais e Cr\$ 16 diários logo no segundo ano de implantação do Projeto — Creche, uma vez que já não serão necessárias verbas para a instalação propriamente dita de mobiliário e outras despesas iniciais.

O Projeto-Creche espera ainda estender, através da criança, benefícios à família em geral seja transmitindo princípios básicos de higiene ou porque a colocação de uma criança na creche poderá significar o acréscimo indireto de um salário mínimo por criança em cada família.

Nas áreas metropolitanas de todo o Brasil existem somente cerca de 250 creches. Por isso a implantação do sistema de creches é imprescindível, se pensarmos que o desenvolvimento mental, social e psicológico de mais de 21% da população do país está em jogo.

Atendendo a mãe e seus filhos

Leis, decretos e portarias põem e dispõem sobre a necessidade da implantação de creches como uma das maneiras de resolver ao mesmo tempo o problema da mulher que trabalha e da criança. Mas, por enquanto, segundo a Coordenação de Proteção Materno Infantil do Ministério da Saúde, só 21 creches estão registradas e cadastradas pelo Ministério em toda a cidade do Rio de Janeiro.

As feministas do Centro da Mulher Brasileira consideram a implantação de creches a luta número um de todas as mulheres conscientes de qualquer parte do mundo. O Ministério da Previdência Social acha que essa é uma maneira econômica — embora à primeira vista não pareça — de resolver o problema de carência alimentar e de assistência psico-social dos 21 milhões de crianças com menos de 3 anos de idade. Mas, por enquanto, tudo não passa de intenção e papel.

CULPA DE QUEM?

Parece que todo acordo em responsabilizar a não existência de creches em número suficiente para atender, pelo menos, as mulheres de baixa renda — as mais necessitadas — a atividade fiscalizadora do Ministério do Trabalho, pois segundo o decreto lei 5452 da Consolidação das Leis do Trabalho toda a empresa em que trabalharem mais de 30 mulheres, com mais de 16 anos, é obrigada a manter local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência seus filhos no período de amamentação.

Na prática, poucas empresas cumprem esta exigência da lei. O Instituto e Resseguros com sua creche-modelo, a fábrica de tecidos

Bangu e Cia de Cigarros Souza Cruz são exceções que confirmam a regra. Se poucas empresas cumprem a lei, o Ministério do Trabalho não se tem empenhado em punir os que infringem este importante artigo da lei trabalhista.

O delegado regional do trabalho, Luis Carlos de Brito, explica que em 1975, foram contratados novos inspetores do trabalho para juntar-se ao grupo de 350 que fiscaliza as possíveis irregularidades desse e de outros itens das leis trabalhistas. Até 1979 anualmente serão contratados outros tantos fiscais para esta função.

Ele acha que em 1976 as determinações relativas à implantação das creches — ao lado das que obrigam a existência de banquinhos para que os comerciários possam descansar nos momentos em que não estão atendendo fregueses serão prioritárias para a fiscalização da delegacia regional.

EXEMPLO

Rose Marie Muraro, formada em Física, mãe de cinco filhos, autora de "Automação e Futuro do Homem" e "A Mulher na Construção do Futuro"; participante do Centro da Mulher Brasileira, cita pesquisa realizada pela socióloga Ana Maria Popovic, da Fundação Carlos Chagas, para defender a necessidade premente de um programa nacional de implantação de creches populares.

"No Brasil, temos cerca de 25 milhões de crianças carentes de proteínas e outros elementos indispensáveis a um desenvolvimento sadio. Cerca de 10 milhões de crianças brasileiras apresentam retardamento mental, em vários graus, por deficiência alimentar. E crianças com grande carência de proteínas, em baixa idade, jamais se recuperam. Vão engrossar as fileiras dos incapazes para a aprendizagem, dos que sistematicamente repetem o ano escolar — crianças problemas, apáticas, com o cérebro atrofiado por problemas de alimentação deficiente".

Neste Ano Internacional da Criança, Rose Marie Muraro e outras integrantes do Centro da Mulher Brasileira esperam que os 70% de brasileiros que possuem, segundo dados oficiais do IBGE; abaixo do salário mínimo sejam beneficiados com a implantação de um sistema de creches, de âmbito nacional.

A grande maioria das mulheres brasileiras — e me refiro especialmente às do interior — cria os filhos sozinha. Os maridos emigram para regiões distantes em busca de melhores ofertas de mercado de trabalho. Difícilmente conseguem levar, em curto prazo de tempo, a mulher e os filhos para a região onde arranjam trabalho. Estas mulheres, então, criam como podem e sem ajuda, dois, três ou mais filhos. A instalação de uma rede de creches resolveria de uma só vez o problema da mulher que precisa ou deseja trabalhar e o atendimento alimentar e social da criança.

LIBERAÇÃO DA MULHER

Para Rose Marie Muraro, o ideal seria que a mulher trabalhadora pudesse obter licença paga, pelos organismos oficiais, durante um ano inteiro, cada vez que tivesse um filho. Depois, a criança seria encaminhada a uma creche onde receberia cuidados higiênicos e alimentação correta, liberando a mãe para outros trabalhos solicitados pela sociedade.

Ela não vê muito sentido em conceder aposentadoria aos 30 anos para a trabalhadora — nessa época já criou os filhos e o trabalho torna-se, muitas vezes, uma atividade útil e indispensável do ponto de vista psicológico. O sistema atual a afasta totalmente do filho em seus anos iniciais de vida.

A representante do Centro da Mulher Brasileira acha que a mulher pode trabalhar 35 anos — como o homem — ou mais, desde que fique um tempo razoável com os filhos recém-nascidos e tenha a quem confiá-los depois quando voltar a trabalhar.

Dúvidas de uma feminista de última hora:
"As mulheres devem desenvolver músculos pela prática de halteres?"

Músculos no corpo ou no espírito?

Maria Moraes

A questão feminina —
o trabalho fora de casa,
o aborto,
o divórcio e a pílula



atribuídos a homens e mulheres variam enormemente de forma que, em muitas sociedades são os homens que apresentam a "tipologia" feminina típica de nossa sociedade ocidental e cristã. (Os Tchambouli, do lago Chamberi — entre eles os homens passam o dia a dançar, pintar e esculpir, enfeitados com flores e conchas, enquanto as mulheres usam a cabeça raspada e nenhum ornamento, vão à pesca, executam todos os trabalhos duros e detêm a iniciativa e o poder dentro das relações do casal, etc). Nesse sentido, é absurdo pensar em "psiquismo inato" como se os homens fossem todos, por imperativo de ordem genética, "fortes, violentos, de inteligência crítica", etc, enquanto as mulheres se destacariam por serem "pacíficas, submissas, amorosas", etc. A educação diferenciada que cada indivíduo recebe desde o nascimento e ação conjunta das diversas instituições e transmissão da ideologia dominante (escola, Igreja, etc) é que vão dar origem — e reproduzir continuamente — o comportamento "masculino" e "feminino" de forma que cada indivíduo esteja condicionado a cumprir o papel que a sociedade lhe impõe.

Finalmente, nunca é demais lembrar que concepções do tipo "o destino está na anatomia" tem servido tanto para justificar uma determinada ordem sexual (o predomínio do homem), como também a uma dada ordem social (o predomínio de uma classe sobre as outras) e a uma ordem racial (a "raça" branca como superior e dentro dela "os arianos", etc), pois caímos no reino da arbitrariedade dos "mais aptos, mais inteligentes e mais fortes"...

Pode uma mulher tornar-se igual ao homem, sentir como um homem, agir como um homem? E se pode, vale a pena o esforço?

A questão é evidentemente metafísica e parte do princípio absurdo de que todos os homens são iguais em nossa sociedade. Talvez todos os animais de uma mesma espécie — ursos ou leões, por exemplo — comportem-se como tal, permitindo que se fale em "sentir como leão" ou "agir como urso". Mas, no caso da espécie humana, o problema coloca-se diferentemente. O escravo "sentia" e "agia" como o cidadão na Grécia Antiga? O servo medieval era igual ao proprietário feudal, "sentindo" e "agindo" como este? O operário "sentia" e "age" como o empresário? Em todos esses casos, as diferenças impossibilitam que os "homens" possam ser pensados como uma totalidade idêntica por oposição às "mulheres". A condição de proprietária permitia que uma mulher tivesse domínio absoluto sobre seus escravos (fossem eles homens ou mulheres), o que indica que a condição social de cada indivíduo é mais importante para definir sua forma de "sentir" e "agir" do que sua condição sexual. Por outro lado, é evidente que além de compartilhar da forma de "pensar e agir" de seu grupo social, as mulheres sofrem as consequências de uma opressão sexual. E é a partir dessa dupla determinação (a origem social e o sexo) que as mulheres se situam na sociedade. Isso implica, portanto, em conteúdos diferentes para a opressão da mulher: a mulher dos proprietários é oprimida enquanto sexo, mas somente as mulheres dos trabalhadores serão duplamente oprimidas; enquanto classe e sexo. Logo, também as mulheres, entre si, "pensam e agem" diferentemente.

Além disso, as diferenças sexuais implicam diferenças físicas que ninguém de bom senso jamais pensou em negar. É evidente, pois, que quando se fala em igualdade entre homens e mulheres, se está pensando em igualdade de condições econômicas, sociais e políticas e não de aparência física, como pretende o duvidoso senso de humor da autora ao indagar: "não sei bem porque não nos sugeriram, ainda, o desenvolvimento da musculatura física pelo exercício de halteres ou mesmo a prática obrigatória do judô nos currículos universitários".

O que podemos sugerir-lhe, e com urgência, é que tente descobrir um halteres para o desenvolvimento da capacidade mental...

Existe uma "Natureza Feminina"?

O principal argumento do pensamento conservador em relação ao problema feminino reside na identificação das "características femininas" que nossa sociedade atribui e impõe às mulheres (passividade, desprendimento, inteligência intuitiva, abnegação, conformismo, ausência de espírito lógico, etc.) à imposições de ordem natural, isto é, por determinação da Natureza... Assim, a articulista garante que: "Não, a mulher não pode, nem que queira, virar homem. As diferenças físicas, fisiológicas, psíquicas e afetivas que os distinguem são irredutíveis, intransponíveis, impossíveis; apesar do esforço que em nossos dias é feito para aproximá-los, confundí-los, deformá-los".

Nada mais fácil do que atribuir a seus adversários raciocínios absurdos e depois provar que o absurdo é absurdo... Que corrente do movimento feminista levantou como programa transformar a mulher em homem? As diferenças físicas são por demais evidentes e a Ciência ainda não conseguiu o implante de órgãos sexuais... A questão de fundo está em que a tipologia masculino-feminino de nossa sociedade (isto é, a divisão sexual entre os que devem ter autoridade e participar da vida pública e as que devem ser sustentadas, desincumbir-se das tarefas domésticas e ter como horizonte a vida privada, entre as quatro paredes de sua casa) não corresponde a nenhuma determinação da natureza, mas tão simplesmente a imposições da sociedade. Nada menos científico do que a confusão entre características físicas e psíquicas: a leitura de estudos de antropólogos, como Margaret Mead e Malinovsky, por exemplo, pode ajudar a demonstrar que os papéis e características

A emancipação da mulher

Porém, o aspecto ideológico mais importante dessa pretensa identidade entre "natureza" e "características femininas" está na negação da própria questão feminina. Com efeito, se ser "mulher" (isto é, dedicar-se exclusivamente às tarefas domésticas, à procriação e à educação das crianças e ser submissa, abnegada, etc) corresponde a uma necessidade natural, da mesma ordem da necessidade de respirar ou comer, seria um absurdo exigir transformações na situação da mulher, assim como é absurdo pedir a alguém que não respire ou não coma. Esse é, evidentemente, o ponto de vista da articulista, que critica veementemente a idéia de que a mulher deva garantir sua emancipação econômica — pelo exercício de uma atividade remunerada — pois isso significaria "libertar-se de seu papel de mãe e educadora, de garantia de lar" e, com isso, a mulher estaria negando tudo "que até então era a sua aspiração, seu prazer e sua felicidade, pela simples razão de responder plenamente à sua maneira de ser, ao jeito que Deus lhe deu".

Se a mulher é por "essência e natureza" a esposa, a mãe e a dona de casa, para que ela possa se realizar é imprescindível que se case e tenha filhos. O que quer dizer que aquelas que não o fizerem estarão infringindo uma lei "natural" e "divina", segundo a lógica da articulista. Além disso, apesar de a História apresentar inúmeras formas de matrimônio, que vão da poligamia masculina ou feminina à monogamia, ficamos informados que:

"O casamento monogâmico e indissolúvel é uma instituição natural e isso quer dizer que, para o homem ser feliz e se desenvolver plenamente, tem que amar a uma mulher, ter filhos, viver com ela a vida inteira e juntos educarem os filhos que tiverem. Se brigarem, não tem importância, mas, quanto menos brigarem melhor, para eles e para os filhos."

Isto é, não contente em descobrir uma "natureza feminina imutável" a articulista descobre também a existência de instituições (que por definição são sociais, ou seja, correspondem a normas que regulam o comportamento de uma determinada sociedade) naturais... E, evidentemente, como é inegável o fato de que cada vez mais as pessoas se comportam de forma "anti-natural" (pois aumentam no mundo inteiro as separações e divórcios) a arguta articulista em questão, além de sugerir que "as brigas não têm importância" e que é preciso "fazer força, regar a plantinha do amor todos os dias com a agulha fresca da compreensão, da tolerância e do perdão", enfatiza a necessidade de "uma lei civil sadia e forte" para manter a "instituição natural" do casamento monogâmico e indissolúvel.

Em outras palavras: se homens e mulheres não se comportarem "naturalmente" azar deles; o que não se pode permitir é que se instaure o divórcio, pois com ele "fecha-se o círculo da destruição da mulher e com ela a da família e da sociedade".

Da mesma maneira, são assinaladas as duras consequências do divórcio para a mulher na medida em que:

"Geralmente, o divórcio vem um pouco mais tarde, pega a mulher mais velha, gasta pela vida e pela doação de si mesma. Resta-lhe, portanto, a solidão. Perde o seu passado e o seu futuro, e um diploma de solteira em nada melhorará a sua situação. Já com o homem é diferente: quando arreia a trouxa, já está pensando em cantar noutra freguesia".

Poderíamos retrucar na base de outro dito popular: "antes só que mal acompanhada", pois somente uma masoquista vai preferir o inferno de uma vida conjugal desastrosa (quantas mulheres não sofrem quase cotidianamente violências físicas, para não falar de outros tipos de violência?) à tranquilidade da solidão. O problema está, em realidade, naquelas mulheres (mães dedicadas e esposas submissas) que, não obstante cumprirem com todas as exigências da articulista, são abandonadas pelo marido (e apesar de não existir divórcio, todos sabemos que o marido pode abandonar a mulher...) quando já estão "gastas pela vida e pela doação de si mesmas" (e são trocadas por uma de vinte anos...). Assim, aquilo que não se pode negar é que o triste quadro descrito acima corresponde às consequências lógicas da alienação econômica e social da mulher; ele é o futuro daquelas que, caindo na armadilha "da mulher dedicada exclusivamente ao lar", não conseguiram, por mais "tolerantes", "amorosas", etc que fossem "segurar seu homem". Esse, pois, é o preço da inexistência de projetos pessoais próprios, da não inserção em atividades públicas, da redução da vida aos estreitos limites do "lar". Sem se dizer que a base material de uma afetividade equilibrada está na relação de igualdade em que os dois parceiros sejam capazes de suprir a própria subsistência e não num contrato de servidão em que a mulher, em troca de sua fidelidade e de trabalhos domésticos, recebe do marido seu sustento econômico. Todos sabemos que quando não existe uma situação de igualdade a lei que se impõe é a do mais forte: ou o Estado passa a garantir a sobrevivência de todas as mulheres (cuja profissão seja "prendas domésticas") abandonadas pelo marido ou o que continuaremos ter é "o arbítrio da lei", na já consagrada expressão do governador Paulo Egydio.

Outras condições para a emancipação da mulher

O exercício de uma atividade remunerada significa uma condição *sine qua non* para a emancipação da mulher, não somente por implicar em sua autonomia econômica, como também por permitir uma tomada de consciência social. Mas o trabalho, sendo uma condição necessária, não constitui condição suficiente para a completa emancipação feminina. Primeiramente, porque a opressão da mulher não se resume ao aspecto econômico da dependência financeira, mas diz respeito ao conjunto de funções que a mulher deve cumprir ao nível da procriação, da educação das crianças e das tarefas domésticas, isto é, à soma de atribuições da mulher dentro da família. Nesse sentido, o constante progresso dos contraceptivos permite que se concretize a distinção entre sexualidade e procriação; possibilita que a mulher domine seu corpo; que decida da oportunidade ou não de ter filhos, etc. Nessa medida, a contracepção por métodos seguros (e não perigosos à saúde) corresponde a um dos grandes momentos do processo de emancipação da mulher (e todos os esforços devem ser feitos no sentido de melhorar a qualidade dos contraceptivos e garantir sua difusão para as mulheres de menores recursos econômicos. Na França, por exemplo, a contracepção é inteiramente paga pela assistência pública).

Ademais, enquanto a educação das crianças e as tarefas domésticas forem realizadas pelas mulheres, entre as quatro paredes de sua casa, teremos uma sobrecarga de trabalho — uma dupla jornada de trabalho — para aquelas mulheres que trabalham fora de casa. É necessário, portanto, que a sociedade em seu conjunto encarregue-se das tarefas que hoje pesam sobre os ombros das mulheres. Creches, escolas em regime de semi-internato, restaurantes e lavanderias coletivas são reivindicações hoje já conquistadas em muitos países do mundo.

As diferenças gritantes entre a educação dada aos meninos e meninas, a ausência de uma orientação profissional para as mulheres, as discriminações legais, as disparidades salariais, as distorções veiculadas diariamente pelos meios de comunicação (com os dois protótipos de mulher: a mulher dona de casa e a mulher objeto sexual), são, entre outros exemplos, alguns dos problemas que as mulheres têm de enfrentar no longo processo de luta pela conquista de seus direitos. O término das discriminações sexuais é, portanto, um dos aspectos do término das desigualdades sociais e a garantia de uma vida melhor para mulheres e homens.

SÃO PAULO



O DIA INTERNACIONAL DA MULHER

“É preciso, em primeiro lugar, entender a opressão que há séculos nos pesa da cabeça aos pés”

O dia Internacional da Mulher (8 de março) foi comemorado em São Paulo com uma reunião de debates e cinema que lotou o anfiteatro do Museu de Artes. A representante do jornal *Nós, Mulheres* (fruto da atividade unitária de dois grupos feministas) fez um breve relato histórico de alguns momentos marcantes da luta da mulher, por sua emancipação social, econômica, política e jurídica, em vários países do mundo. Relembrou a opressão específica sofrida pela mulher e a necessidade de análises concretas sobre a situação da mulher brasileira e, em particular, da mulher trabalhadora que é obrigada a cumprir uma dupla jornada de trabalho pois, além de sua atividade profissional

tem de se incumbir das tarefas domésticas. Mostrou a importância do trabalho profissional para a mulher na medida em que é garantia de sua autonomia econômica ao mesmo tempo que lhe permite escapar dos estreitos limites domésticos, e integrar-se à realidade quotidiana dos trabalhadores. Desta maneira, a mulher adquire uma consciência coletiva dos problemas de sua camada social e de seu país.

Por outro lado, como bem assinalou outra representante do *Nós, Mulheres*, se o trabalho feminino corresponde cada vez mais a uma necessidade do sistema econômico é um dever da sociedade como um todo criar as condições para que as mulheres possam trabalhar sem deixar seus filhos no abandono. Neste sentido, demonstrou que a existência de uma rede adequada de creches corresponde a um dos elementos básicos para que a mulher possa participar de forma integral das atividades econômicas, sociais e políticas do país. A oradora mostrou que as creches de São Paulo cobrem tão somente 2% das reais necessidades da cidade e que sua qualidade deixa muito a desejar. Seu grupo, portanto, propõe-se a desenvolver um trabalho de organização de creches que ofereçam as melhores condições para as crianças e nas quais as mães possam participar de forma ativa, colaborando estreitamente em sua gestão.

A representante do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira fez a leitura das atividades de seu grupo, surgido por ocasião do Ano Internacional da Mulher, destacando serem seus principais objetivos: a) “o conhecimento e a divulgação da condição da mulher brasileira em geral e, em particular, da mulher de São Paulo”; b) “contribuir para que a mulher de São Paulo se conscientize dos seus direitos, ao lado das demais mulheres brasileiras, com vistas à igualdade de condições socioeconômicas e jurídicas entre homens e mulheres”; e c) “contribuir para uma participação cada vez maior das mulheres brasileiras no desenvolvimento econômico, político, social e cultural de nosso País”.

A representante do Movimento Feminino Pela Anistia conclamou as mulheres brasileiras para que assumam suas “responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional”, acentuando que “através da História, provamos o espírito solidário da Mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça”.

Relatou diversos acontecimentos que mostram a sensibilização da opinião pública com o manifesto do movimento feminino pela anistia como o suce-

so da campanha de assinaturas e a aprovação oficial do CNBB.

Outros grupos de mulheres deram seu depoimento e os debates encerraram-se com a intervenção da redatora do jornal *Brasil-Mulher*. Seu grupo sugere “às mulheres presentes que reflitam a nossa experiência e façam o mesmo em seu bairro, em seu grupo de trabalho, com as mulheres de sua família.” Para tanto, as participantes do *Brasil-Mulher* pensam “que é preciso, em primeiro lugar, descobrir e entender a opressão que há séculos nos pesa da cabeça aos pés e que é transmitida de geração a geração. E, depois, não ter vergonha ou meias palavras balbuciadas de se dizer feminista”.

Mobilize seus amigos para ler e assinar MOVIMENTO. MOVIMENTO depende apenas de seus

RIO

“Não estamos pedindo desculpas por nos emancipar”

Uma discreta mesa-redonda promovida pelo Clube dos Advogados do Brasil e o lançamento do primeiro núcleo do Boletim do Centro da Mulher Brasileira foram as duas únicas manifestações com as quais se comemorou, no Rio, a passagem do Dia Internacional da Mulher, patrocinado pelas Nações Unidas. A mesa redonda contou com a juíza do Trabalho Ana Acker, o advogado Haroldo Lins e Silva e a ex-juíza Maria Rita Soares de Almeida abordando aspectos da situação jurídica da mulher e todos ressaltando a discriminação da mulher nas leis brasileiras.

Leila Linhares, advogada, cientista política e representante do Centro da Mulher Brasileira na mesa redonda, resume para *Movimento*, não do ponto de vista legal, mas do ponto de vista social, o que se chama hoje de “questão da mulher”:

“Culturalmente, quando pensamos na palavra mulher duas imagens surgem: a mãe, pura, generosa, alimentando-nos, cuidando da casa. A mãe de avental tão divulgada nos livros infantis. A essa imagem de pureza se opõe a segunda: a mulher prostituta, vendedora de seu corpo, destruidora de lares, etc. etc.

Pensamos com estereótipos ideologicamente informados por uma cultura dominante e essencialmente masculina e que, ironicamente, como mães ou educadoras, reproduzimos a cada geração. Não pensamos na mulher concreta, real, nos seus problemas que, se inseridos em problemas sociais mais amplos, têm especificidade que não podemos negar.

Culturalmente fomos relegadas ao forno e fogão, à passividade, à alienação do mundo que nos cerca, a obedecer mesmo quando fingimos que mandamos. Em muitos lares, ainda encontramos os célebres quadinhos pendurados na parede com os dizeres “Quem manda na casa é a mulher, mas quem manda na mulher é o homem”.

Como dona-de-casa ou trabalhadora fora de casa, a mulher carrega metade do mundo em suas costas, mas nunca chegou a conquistar esse peso que carrega. Solteira ou casada, qualquer que seja seu estado civil, presta à sociedade contas de sua moral e de seu corpo. Não os possui por escolha, antes submete-se a preceitos mil vezes mais rígidos que aqueles seguidos pelo homem; submete seu corpo às exigências estéticas manipuladas por uma sociedade de consumo que procura coisificá-la como um produto de propaganda.

Quantas vezes me perguntaram: como você pode achar que existe uma questão feminina, quando o país e o mundo se preocupam com problemas sociais profundos? E, eu, costumo responder: a questão feminina é uma questão social e como mulher luto por ela. A questão feminina não exclui as demais questões sociais, pelo contrário é excluída por muitos que não a percebem.

E o que querem mais as mulheres? Eu diria, talvez repetindo o que outras mulheres já disseram: nós queremos tudo, porque nos falta tudo.

— Queremos constituições e leis que rejeitem toda discriminação sexual e afirmem a igualdade de direitos da mulher em todos os campos: econômico, social, familiar, jurídico e político;

— queremos a implantação de medidas sociais, econômicas e culturais que permitam o exercício efetivo desses direitos, que não podem ficar limitados a um simples reconhecimento formal;

— queremos a mudança de consciência de homens e mulheres no sentido de que desapareçam entre eles os preconceitos transmitidos no curso dos séculos, de geração em geração, e que se tornaram obstáculos à realização dessa igualdade.

— queremos o direito de não sermos mais vítimas do patriarcalismo da ciência, no que concerne ao controle da natalidade. Patriarcalismo esse que joga exclusivamente sobre nossos organismos os ônus do planejamento familiar e nos massacrando com processos químicos

ou mecânicos cancerígenos, ao mesmo tempo que nos ilude com uma falsa libertação sexual;

— queremos falar e ser ouvidas em pé de igualdade com os homens, queremos creches e escolas para nossos filhos e que a maternidade não se torne mais um aprisionamento das potencialidades de qualquer mulher que deseje ser mãe; queremos igualdade de condições no mercado de trabalho, queremos ir às escolas, às universidades, queremos assumir nossa capacidade física e intelectual, queremos sair da clausura que nos impuseram, queremos nos desalienar, queremos o fim da colonização.

No momento estamos lutando pelo término da tutela. Como os negros que lutaram pela sua libertação, como os colonizados que lutaram contra o colonizador”.

Promiscuidade, a doença desta creche

DIRCEU SOARES

A doença que atacou as crianças do Lar e Creche Santa Rosa, em Osasco, não passa de uma forte gripe chamada belja-flor, de acordo com o médico Armando Moiolli, secretário municipal da Saúde: todas as 22 crianças atendidas pelo Pronto Socorro da cidade passam bem e algumas deverão ter alta hoje.

"O que agravou a situação" — diz ele — "foi a promiscuidade em que vivem as crianças da creche, onde cerca de 80 meninos e meninas de dois meses à 16 anos de idade vivem amontoadas em apenas cinco cômodos. Quando o primeiro apareceu com gripe, logo passou aos outros".

A gripe belja-flor ganhou este nome no Rio e surgiu logo depois do carnaval. Belja-Flor é a escola de samba vencedora do desfile carioca. O médico Armando Moiolli, que é também vice-presidente da Fundação de Saúde do Município de Osasco, afirma que a gripe surgiu na cidade e atacou adultos e crianças nos últimos dias, quando a temperatura caiu de repente, principalmente à noite.

"Em adultos e crianças bem nutridas, ela não tornou-se problemática" — disse. "Com dois ou três dias de tratamento e repouso ela desaparece. O problema maior é em crianças subnutridas como estas da creche. Seus sintomas são febre muito alta, acima de 39 graus, repentina, acompanhada de forte dor de cabeça, dores musculares e um grande desânimo. Pode também haver casos de vômitos, mas não sempre".

Quando a primeira criança da creche adoeceu, — inclusive com vômitos — na terça-feira de manhã, foi levada ao Pronto Socorro de Osasco pela diretora da creche, Alzira Santa Rosa Nogueira. Mas a situação começou a se complicar quando, na tarde do mesmo dia, outras 17 crianças da creche apresentaram os mesmos sintomas. Os médicos do Pronto Socorro de Osasco, suspeitando ser um surto de meningite, encaminharam as crianças ao Hospital Emilio Ribas, em São Paulo, na mesma noite. Ali, os médicos concluíram que não era meningite e, sem diagnosticar a doença, mandaram as crianças de volta ao Pronto Socorro de Osasco.

Ontem, a Secretaria de Saúde do Estado enviou uma médica, Lígia Bussech, da Divisão de Epidemiologia, e uma advogada, Raquel Porto de Souza, do Departamento Jurídico, a Osasco para analisar de perto a situação. As duas elaboraram um extenso relatório, sigiloso, para ser encaminhado às autoridades estaduais de Saúde. O Instituto Adolfo Lutz também coletou material para exames especiais.

Enquanto a doença não era diagnosticada, a direção do Pronto Socorro de Osasco colocou as crianças numa sala isolada, tendo a contaminação de outras pessoas. Ontem, mais quatro crianças da creche Santa Rosa foram internadas, perfazendo o total de 22. Por uma questão de espaço, cinco foram transferidas para o Hospital São Gerardo. Quem diagnosticou a gripe belja-flor foi o médico Armando Moiolli.



FOTO: GILBERTO DOS SANTOS

Recuperados da gripe, no PS de Osasco as crianças brincam e querem voltar para casa.

"Quando os examinei as crianças, na quarta-feira, logo que voltaram do Emilio Ribas, não tive dúvidas: era forte gripe, essa belja-flor que está atacando por aí".

As crianças internadas têm idades que variam de um a 11 anos. As de mais idade são as que passam melhor. Todas brincam nas camas, alegres e já pedem para ir para casa: "veja como eu já estou bom, doutor, me deixa ir embora" dizem rindo.

O Lar e Creche Santa Rosa fica na rua Estrela, 404, Jardim Novo Osasco. Na verdade, é algo parecido com uma favela: Um muro e um tapume de madeira ocultam um pátio sujo e um casebre. Uma mulher chamada Maria Aparecida Leite impede a entrada de jornalistas.

"Uma vez um repórter esteve aqui e falou muito mal da gente".

Afirmando que Alzira Santa Rosa Nogueira, a diretora, não está, acrescenta que a ordem de não se permitir visitas são dela. Mesmo assim, Sonia Aparecida informa algo.

"A creche funciona há mais ou menos dez anos, mas só foi registrada há quatro meses. Atualmente abriga 72 crianças, desde bebês até meninos e meninas de 16 anos. De todas as crianças, apenas as mães de três delas pagam as despesas. As outras crianças vivem por conta de dona Alzira e seu marido, Reginaldo Santos, que é aposentado. Muitas pessoas caridosas nos enviam sacos de arroz, feijão, açúcar, latas de leite em pó. A Prefeitura de Osasco também ajuda um pouco, principalmente com açúcar e leite. A casa não é tão má assim e dá para acomodar bem as crianças: são cinco cômodos, uma cozinha e dois banheiros".

Cinco cômodos para 72 crianças. Dormem amontoadas e é da promiscuidade que fala o secretário da Saúde de Osasco. Ele confessa um problema municipal:

"Todo mundo sabe que aquela creche não tem condições de funcionar. Mas é um problema: se a gente fecha, todo mundo vai dizer que não devia ter fechado. Se não fecha, também vão dizer que devia fechar. E para onde vamos levar as crianças?"

Os americanos que ajudam nossas crianças

A CCF, entidade dos Estados Unidos que arranja padrinhos para crianças brasileiras (15 dólares por mês), volta-se agora para o mercado interno.

Vanda Pereira, e outras crianças da Vila dos Marmiteiros, uma das favelas à margem do ribeirão Arrudas, em Belo Horizonte, já não recebem a ajuda e a correspondência da Christian Children's Fund - CCF, uma entidade norte-americana que ajuda as crianças de países menos desenvolvidos. A CCF arranja padrinhos norte-americanos e canadenses para as crianças. Os padrinhos se comprometem a dar 15 dólares por mês a uma criança que a CCF define como sua afilhada. O que houve com o padrinho de Vanda Pereira?

O casal Dean, americanos de classe média, pressionado pela crise econômica, provavelmente fez as contas e decidiu reduzir os gastos familiares. E cortou a mesada mensal que dava à sua afilhada mineira. Cerca de 15% dos 220 mil padrinhos que a CCF catalogou no mundo em 1974 parecem que seguiram o exemplo do casal Dean e deixaram de contribuir com os 15 dólares mensais. Agora, a CCF tem somente 187 mil colaboradores e inicia uma campanha para que famílias brasileiras de boa situação financeira adotem à distância uma criança pobre, correspondam-se com ela, deem-lhe conselhos construtivos.

No escritório regional para a América do Sul, na rua Curitiba, 689, em Belo Horizonte, Ely Domingues, supervisor-geral da CCF, conta a história da entidade. "A CCF foi criada em 1939 pelo dr. Calvert Clark, na pequena cidade de Kwantang, na China. Depois, o trabalho de assistência da CCF foi se estendendo para outros países, como o Japão, Coréia, Formosa, Índia... Atualmente nós atuamos em mais de 70 países, com um total de 190 mil crianças. Em termos de atendimento, a Índia vem em 1º lugar, seguida pelo Brasil e África."

Apontando um mapa da América do Sul, Ely Domingues mostra os pontos de atuação da CCF. "Realmente, ela é bem mais dinâmica no Brasil. Mais do que em qualquer outro país da América Latina. Isto porque os nossos critérios para prestar assistência não são puramente econômicos, isto é, de ajuda aos mais necessitados."

A CCF se instalou no Brasil em 1965 e já mantém aqui 30 mil apadrinhados. O crescimento rápido da CCF se explica, segundo Ely Domingues, pelo apoio do governo. "Não diretamente, em dinheiro, mas em compreensão e estímulo ao nosso trabalho. Nós sempre trabalhamos em consonância com o governo onde nos instala-

mos. E no caso do Brasil, o ambiente é extremamente favorável porque se trata de um governo, que sabe o que quer. E nós precisamos de governos estáveis para atuar." A CCF não atua em governo comunista. "Não que tenhamos discriminações políticas. Mas são eles que nos discriminam, são eles que não permitem a nossa atuação."

No Brasil, a CCF está ligada a 62 instituições de caridade: orfanatos, escolas, creches, de fundo religioso ou não. A metade dos 30 mil afilhados da CCF no Brasil estão em Minas, espalhados pelos seis centros comunitários de Belo Horizonte e um em Governador Valadares. Os centros, chamados PHF (Projetos de Ajuda Familiar), atendem a crianças de bairros periféricos e estendem a ajuda médica e assistencial a suas famílias. "Realizamos nos centros palestras educativas e chamamos os pais. O objetivo é atingir a família, célula de toda a sociedade, mas também a raiz de todo o mal."

A grande maioria dos padrinhos é atraída por anúncios em revistas estrangeiras que falam a respeito de "satisfação de se mudar algo no mundo." Outro elemento importante para atração dos padrinhos é a vantagem de eles conseguirem, com o dinheiro aplicado na CCF, um abatimento no

Imposto de Renda. A maior parte dos padrinhos são americanos e canadenses de classe média. "Esta classe", explica Ely Domingues, "é a que está mais próxima da pobreza (a burguesia nem anda pelas ruas). E é também a classe que está constantemente ameaçada de cair ao seu nível. Daí a sua sensibilidade e necessidade de tranquilizar a consciência, muito própria aliás de países mais desenvolvidos. E o método da CCF é muito adequado, porque a pessoa pode fazer sua caridade sem se envolver com os problemas da criança e de sua família."

O contato entre a criança e o padrinho é feito através de cartas, nas quais a criança presta conta toda semana do que está fazendo com os dólares que recebeu: se está progredindo nos estudos (o padrinho gosta de saber que sim); se pratica esportes ou qualquer outra atividade. Quando o padrinho manda algum dinheiro extra, por ocasião do aniversário do afilhado ou feriados nacionais (norte-americanos) e exige que compre um presente determinado, os coordenadores costumam enviar uma foto do menino com o objeto comprado. "É uma espécie de artifício que usamos para mantermos os padrinhos interessados, para eles não desanimarem", diz Rubens Ferraz, administrador

do centro comunitário bairro Nova Vista. "Nós temos que agir um pouco como relações públicas."

As vezes, as diferenças culturais e econômicas entre padrinhos de países ricos e afilhados do 3º Mundo tornam a correspondência uma experiência difícil. (Myrian Chrystos)

Os alemães

Outra entidade semelhante à CCF que atua no Brasil é a Diaconia Sociedade Civil e Ação Social, com sede no Rio de Janeiro, mantida pelas Igrejas Evangélicas do Brasil em associação com a Kinder-nothilfe (alemã) e Lutherhjan-pel (sueca). Segundo o *Jornal do Brasil*, o plano dos padrinhos estrangeiros para crianças brasileiras começou em 1974, mas até agora só foram conseguidos 150. Os padrinhos, recrutados da mesma forma que os da CCF, inscrevem-se no estrangeiro e pagam uma contribuição mensal de 110 cruzeiros. O relacionamento dos padrinhos com os afilhados também é como na CCF: trocam correspondência, conselhos e, de vez em quando, visitas. O industrial alemão Walter Ahl, por exemplo, visitou sua afilhada Marli em Guaporé, no R. Grande do Sul. "É um trabalho maravilhoso", diz o superintendente da organização no Brasil, Hans Joachim Voget.



O projeto do senador Orestes Quércia para proteção da mulher que trabalha

Maternidade e trabalho

O senador Orestes Quércia (MDB - SP) apresentou no Senado um anteprojeto-de-lei que garante a estabilidade da trabalhadora a partir do momento em que é anunciado seu casamento. Tão logo seja publicado o próclama, diz o anteprojeto que altera o artigo 391 da CLT, o empregador não poderá demitir a empregada sem justa causa. O anteprojeto avança bastante na série de reivindicações que as mulheres trabalhadoras vêm fazendo para obter a estabilidade provisória durante a gravidez, que ainda é um dos principais motivos de demissões, sobretudo das operárias (1).

O artigo 391 da Consolidação das Leis do Trabalho diz que "não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez". Mas os empregadores, considerando o casamento e principalmente a gravidez como um estorvo que obrigatoriamente reduz a produção da mulher no trabalho, costumam despedi-las alegando outros motivos.

Até o ano passado, as demissões eram mais comuns porque a empresa devia pagar o salário-maternidade à empregada grávida. Hoje, este salário é pago pela Previdência Social. A empregada recebe o seu salário normal durante um repouso de quatro semanas antes e oito semanas depois do parto, desde que apresente um atestado de gravidez fornecido por médico do INPS. Em caso de parto prematuro, a empregada também tem direito às 12 semanas de repouso renumerado. Em caso de "aborto não criminoso", diz a lei, o repouso renumerado será de duas semanas após o aborto. (2)

De vez que a obrigatoriedade de a empresa pagar o período de repouso claramente implicava em muitas demissões, o Ministério da Previdência Social decidiu arcar com o pagamento desse salário-maternidade. Desde o ano passado, quando foi promulgada a lei, a empresa paga o salário-maternidade mas é reembolsada pelo INPS. Quando encaminhou o projeto, o ministro da Previdência Social, Nascimento e Silva, disse: "Essa medida eliminará as restrições ao ingresso da mulher no mercado de trabalho, decorrentes do procedimento anti-social que consiste em negar-lhe o acesso às atividades mais condizentes com suas qualificações e pendoros naturais".

A transferência do encargo no entanto não foi suficiente para acabar com as demissões que, nem a CLT nem a nova lei proibem. Por isso, os sindicatos de trabalhadores sempre incluem a estabilidade provisória da empregada gestante na sua pauta de reivindicações. Em dezembro do ano passado, por exemplo, os metalúrgicos de São Paulo incluíram a reivindicação no seu dissídio coletivo, mas ela foi negada. Agora, os metalúrgicos do interior paulista fizeram a mesma solicitação e não conseguiram. (V. Movimento nº 38)

Contudo, seis sindicatos de São Paulo já conseguiram estabilidade provisória ao fazer acordo com as empresas. Em alguns casos, o

principal argumento foi o de que o inciso XI do artigo 165 da Constituição Federal, ao enumerar direitos dos trabalhadores, garante "descanso remunerado da gestante, antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego e do salário". Os trabalhadores interpretam esse artigo como garantia da estabilidade provisória, mas os empregadores o interpretam da mesma forma como o artigo 391 da CLT a empregada gestante não poderá ser demitida por estar gestante, mas pode sê-lo por outras razões.

Os sindicatos conseguiram a estabilidade provisória apenas por 60 dias após as 8 semanas do repouso remunerado. É uma vitória parcial, pois as empresas costumam despedir as gestantes no período anterior, logo nos primeiros meses de gravidez para evitar ausência de uma empregada durante as 12 semanas do repouso remunerado garantido pela CLT. Contudo, os tribunais trabalhistas têm julgado favoravelmente às trabalhadoras essas demissões que tentam burlar o espírito da lei e, se despedir a empregada gestante logo no início da gravidez sem justa causa, a empresa corre o risco de ter ela própria (e não o INPS) de pagar o salário-maternidade. A lei é clara: diz que caberá ao empregador, "em caso de despedida sem justa causa, os ônus decorrentes da dispensa."

Portanto, a empregada que for demitida sem justa causa, mesmo fora do período de até quatro semanas antes do parto, poderá receber o salário-maternidade integral durante as 12 semanas. Sobre isso há jurisprudência (interpretação da lei que fica como norma) do Superior Tribunal do Trabalho. É o prejulgado 14, do processo em que uma empregada do Frigorífico Armour, demitida pela empresa no quarto mês de gravidez (bem antes, portanto, de atingir o período em que fica protegida pela lei) recorreu à Justiça. O TST concluiu que "prevalece a tese de que a empregada gestante, dispensada sem motivo justo, fora do período de quatro semanas anteriores ao parto, tem direito à percepção do salário-maternidade".

(1) O caso mais recente é o das garças de Salvador, que são demitidas pelo Departamento de Limpeza Pública quando ficam grávidas. Para evitar os filhos das garças, a Prefeitura já distribui pilulas anticoncepcionais.

(2) A mulher ainda tem direito a dois descansos especiais de meia hora cada um, durante a jornada de trabalho, para amamentar o filho. As empresas com mais de 30 empregados maiores de 16 anos são obrigadas, diz a CLT, manter creches com berçário, sala de amamentação e cozinha dietética. As empresas é facultado firmar convênios com o SESC ou Sesi para organização das creches. Se houver creche pública perto da casa da empregada ou da fábrica, a empresa poderá ser dispensada da obrigação de manter as suas.

As calcinhas Hope valorizam o corpo da mulher (em quanto?)

Calcinhas Hope valorizam o corpo da mulher.



Foto: Paulo Barbosa

O anúncio está estampado por toda a cidade de São Paulo. Junto a ele há outros, dirigidos à massa consumidora feminina, que proclamam ser "Vitalia o vinagre da mulher inteligente" ou (num cartaz em que aparece um casal recém-casado) "Ela prometeu usar tempero Arisco". Estes anúncios resumem, a seu modo, a concepção que certos setores de nossa sociedade têm sobre as características e funções da mulher.

A propaganda que visa a estimular o consumo de artigos para a mulher dirige-se principalmente, à "mulher-objeto", enquanto que a propaganda de produtos relacionados com a alimentação e limpeza da casa ou eletrodomésticos visa atingir à "mulher dona-de-casa". No primeiro caso, a mulher é vista como mercadoria cujo valor depende exclusivamente de sua aparência física. Daí o chamado das calcinhas "Hope": elas devem ser compradas porque "valorizam o corpo da mulher". Ou seja, a mercadoria-mulher, para ser vendida mais vantajosamente, deve ser valorizada ao máximo.

Esta imagem distorcida de mulher afeta, principalmente, a todo o sexo feminino, na medida em que o corpo de cada mulher já não lhe pertence: torna-se artigo com cotação no mercado. E um artigo que, para não sofrer rápida desvalorização, deve ser constantemente "recauchutado" pelo uso de cosméticos, roupas na última moda, etc. Portanto, parte das preocupações e das energias do sexo feminino são dirigidas à tarefa alienadora de "embelezar-se", de "estar sempre atraente", segundo os critérios de beleza e atração de nossa sociedade e época. Ninguém parece estranhar o fato que a propaganda nunca se preocupa em valorizar o corpo da mulher naquilo que ele tem de fundamental: carne, ossos e músculos que precisam ser conservados através de uma alimentação sadia, de uma assistência médica constante, pela melhor qualidade do ar que respira, etc. Tão pouco há propaganda voltada para o estímulo e valorização da inteligência da mulher, a não ser quando se trata de apelar para a "inteligência" da escolha

de uma marca de geladeira ou vinagre.

Por outro lado, é a sociedade como um todo que sofre graves prejuízos com a "valorização" da mulher-objeto. Não deve ser difícil fazer o cálculo dos recursos naturais, máquinas, equipamentos e força de trabalho que são desperdiçados com o único objetivo de "valorizar o corpo da mulher" e encher de lucro os comerciantes de cosméticos, enfeites, butikues, etc. Enquanto o país tem graves problemas de balanço de pagamentos parte da população torra divisas para trazer cremes, que nunca desfarão as marcas do tempo no rosto de uma mulher, para trazer perfumes franceses que não podem abafar o cheiro da poluição e para trazer o "último grito da moda" para quem já tem os armários repletos de roupas. A alienação da mulher, tão lucrativa para certos setores, encerra parte do sexo feminino numa vida fútil e sem horizontes ao mesmo tempo que acentua ainda mais o desperdício e a utilização anti-social dos recursos de produção do país. (Maria Moraes)

PIO XII AOS 100 ANOS

"Em hipótese alguma o poderíamos enxergar, a qualquer ângulo, nas fileiras da reação (...). Elementos seguros nos levam a um desmentido cabal de supostas simpatias de Pio XII pelo Eixo ou de seu injustamente mencionado desinteresse pela sorte dos judeus perseguidos"

Edgar de Godol da Mata-Machado

Paulo VI e Pio XII

Muito do que se verifica, no momento, a respeito do autor de *Agosto 1914*, aconteceu a Pio XII durante o seu heróico pontificado que se iniciou no próprio ano em que se desencadeava a II Grande Guerra e lhe suscitou incompreensões e ataques, até o final da sua vida, e que, volta e meia, se renovam, desde a famosa peça *O Vigário* até certas alusões de natureza histórica as quais levaram a Santa Sé a romper a tradição de conservar segretos, pelo menos durante cinquenta anos, documentos diplomáticos com o selo de confidenciais. Hélio Damante assinalava há pouco que já se encontra no nono volume a série de publicações referentes à ação do Vaticano no auge da guerra, abrangendo o período de 1939 a 1943. De sua parte, as edições semanais do *Osservatore Romano*, em português, vêm divulgando informes curiosíssimos sobre Pio XII, neste centenário do seu nascimento. Sabe-se que o atual Sumo Pontífice, Paulo VI, trabalhou na intimidade de Eugênio Pacelli durante dezessete anos, primeiro como substituto, ainda sob Pio XI, depois ele próprio, Montini, como secretário de Estado do sucessor de Achille Ratti. No mesmo dia em que se celebrava solene

Pontifical comemorativo do centenário, o jesuíta Angelo Martini divulgou inúmeros tópicos de recordações de Paulo VI sobre Pio XII, nas circunstâncias mais diversas, chegando a remontar essas lembranças até a um texto — extremamente significativo — da homília que pronunciou na Catedral de Milão quando das exéquias do Papa recém-falecido (12 de outubro de 1958). As palavras de Paulo VI sobre o seu predecessor foram, então, estas: "Para todos quis ser pai e amigo, a todos quis ensinar, a todos quis abrir caminhos de luz e honestidade. E teve muitos inimigos e sofreu menosprezo, na Igreja, dos prepotentes, dos gozadores, dos negadores. Amou a justiça, amou a verdade: por isso saboreou a amarga e inebriante bem-aventurança da perseguição, da aversão, da incompreensão. Lutou pelos humanos e teve os desumanos contra si: lutou por Deus e teve contra si os fautores da impiedade".

Elementos seguros nos levam a um desmentido cabal de supostas simpatias de Pio XII pelo Eixo ou do seu injustamente mencionado desinteresse pela sorte dos judeus perseguidos (a este respeito, eis um dado que Hélio Damante encontrou no estudo do pe. Burkhard Shneider S.J., *A Santa Sé e as vítimas da guerra*: quarenta por cento dos documentos publicados se referem à proteção aos judeus, enquanto os sessenta por cento restantes abrangem os esforços a favor de minorias raciais e religiosas, populações civis indefesas, famílias dispersas e prisioneiros). O mais concreto, entretanto, se contém, a nosso ver, na carta de Paulo VI ao Diretor do *Tablet* (maio de 1963) na qual sublinha a ação de Pio XII, sobretudo durante a guerra, "contra os excessos criminosos do regime nazista" e afirma que a história "demonstrará como aquela ação foi vigilante, assídua, desinteressada e corajosa, no contexto real dos fatos e das condições daqueles anos" (*Oss. Rom.*, 7.III.76,p.9).

Pio XII e o fascismo

Em nosso *Memorial de Idéias Políticas* registrei, por meio do Índice de Nomes, trinta e seis referências a Pio XII, a primeira (pg. 10) com um pequeno engano, pois se tratava do antecessor, Pio XI. Engano de que me vou aproveitar agora. A verdade é que Pio XII não precisava reeditar as condenações de Pio XI a todas as formas de totalitarismo então vigentes, muitas das quais ainda se ostentam por aí sob nomes diversos: a *Non Abbiamo Bisogno*, contra o fascismo, que não pôde ser publicada na Itália *et pour cause*, a *Mit Brennender Sorge*, contra o nazismo, considerado pelo Papa como o anti-Cristianismo por excelência, de tal forma, que a encíclica é uma espécie de recapitulação de todos os aspectos da Fé, em termos católicos; e a *Divini Redemptoris*, onde a ênfase é dada ao problema do ateísmo, donde o Papa referir-se quase exclusivamente ao comunismo *ateu* e estabelecer distinção, com insistência, entre o comunismo e o povo russo.

Não precisava Pio XII (antes colaborador íntimo do pontífice a quem serviu e de quem herdou o nome) defender-se de uma possível pecha de reacionário. No quinto ano da guerra, parecia-me que o então chefe visível da Igreja, embora houvesse falado em muitas ocasiões sobre coisas temporais, ficaria na história muito mais como o Papa do Corpo Místico do que da cidade terrestre, muito mais como o Pontífice da Unidade Cristã do que da Cristandade histórica, muito mais como o Doutor da Ciência Sagrada do que da Ciência Política ou econômica. O que, a nosso ver, então, lhe assinalaria o Pontificado seriam as encíclicas sobre o Corpo Místico, sobre as igrejas orientais separadas e sobre os estudos bíblicos. Em 1963, num simpósio da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas, realizado na PUC, do Rio, já com uma visão de conjunto da obra de Pio XII, destaquei nele, antes de tudo, sua condição de jurista. Num longo trabalho enumerei *Elementos de uma Teoria Geral do Direito Segundo Pio XII*. Minha fonte principal foram textos reunidos pelos professores dominicanos de Strasburgo, A.F. Utz e P.J. Groner, cuja versão francesa, sob o título de *Réactions Humaines et Société Contemporaine* se incluiu em dois volumes, com um total de 2.137 páginas. Agora que toda a sua obra foi publicada — 20 volumes de discursos, 43 encíclicas, mais de 100 constituições — o que fez Paulo VI afirmar: "nenhum Pontífice falou ou escreveu tanto", acrescentando que "a obra doutrinal de Pio XII enriquece consideravelmente o patrimônio cultural da Igreja", afirmo que, em hipótese alguma o poderíamos enxergar, a qualquer ângulo, nas fileiras da reação.

O reacionário quer impedir a marcha da história, a qual só se empreende nos caminhos da liberdade, do progresso. O reacionário não quer saber de um mundo novo, assustado com a hipótese de que o mundo novo lhe arrebatasse as posições privilegiadas. Mas Pio XII, há trinta anos, anunciava o que não é compreendido ou não se aceita até hoje: "Um mundo antigo jaz em ruínas... Os ponteiros do relógio da História apontam, na atualidade para uma nova época, grande e decisiva para a humanidade. Outro mundo está surgindo. Um novo mundo, mais sadio e infinitamente melhor organizado que este, mais em harmonia com as exigências da natureza humana: tal é a aspiração dos povos oprimidos". Até um pouco antes, o Papa evitava referência à revolução, preferindo a busca de uma evolução. Agora, no dealbar da paz, encara, com maior franqueza — diríamos, com senso profético — a questão social dos dias que estavam (estão) para vir, sob o seu aspecto de luta. É aí que resume em três tópicos os problemas que o pós-guerra teriam (terão ainda...) de enfrentar:

1º — que representará a guerra para a presente forma de civilização?

2º — qual será, de futuro, o papel dos cristãos, no esforço por modificar o presente estado de coisas?

3º — se o problema fundamental é o da constituição de uma ordem social nova, como estabelecer certos dados concretos: a) limites da propriedade privada; b) controle do Estado sobre os meios de produção; c) relações entre o progresso técnico — diríamos, agora, a tecnologia — e o bem comum?

4º — até onde irá a independência de cada povo e até onde se justifica a intervenção de uma nação sobre outra, na empresa de reabilitação que o pós-guerra exigirá?

O mundo sofreu mudanças drásticas. Muda cada dia. As perguntas do profeta da Paz, que foi Pio XII, ainda esperam resposta.

Temos de indagar, ainda, angustiadamente: até quando?

A Solzhenitsin, que parece desistir do Ocidente, perguntam, na entrevista que há dias concedeu à BBC, se o que ele quer é uma volta ao passado. Irrita-se o russo: "a não ser um débil mental", responde, "nenhuma pessoa normal jamais poderia propor uma volta ao passado". E acrescenta numa palavra onde se pode vislumbrar algo de fecundo: "isso significa que a opção só pode ser feita entre os movimentos que vão para a frente".

Foi sempre de olhos fitos no futuro que Pio XII falou e que, na minha opinião, sem embargo de contrastes e contestações inocultáveis, a Igreja está caminhando.

"Não mais a guerra!"

Volto aos documentos que a Santa Sé abriu ao exame dos que denigram ou caluniam Pio XII. Ali se encontrou apelo que Lord Halifax fez ao Papa na última década de agosto de 1939, solicitando que o Santo Padre, se o quisesse, tentasse ainda algo para evitar a guerra. Pio XII pôs seus secretários a trabalhar para a redação de uma radiomensagem: O pe. Angelo Martini (*Oss. Rom.*, cit.) descobriu entre as notas uma frase que Montini escreveu na noite de 22 para 23 de agosto e que o Santo Padre adotou: "Nada se perde com a paz! Tudo se pode perder com a guerra!". Paulo VI registra a transmissão da radiomensagem e diz que Pio XII leu aquelas palavras "com voz grave e solene, como de profeta de Deus e de pai do mundo". Mas o autor da descoberta de quem escreveu o solene apelo chama-lhe "grito não escutado" e "tremendo epitáfio, nos anos seguintes, sobre os milhões de mortos, sobre as cidades destruídas e sobre as nações devastadas, testemunho de um homem e de um Papa votado à causa da paz".

Lembre-se que Paulo VI, o primeiro Sumo Pontífice a correr mundo na proporção em que Sua Santidade o tem feito, visitou a Organização das Nações Unidas e ali, praticamente, reproduziu a frase em forma de apelo dramático, nunca porém desesperado:

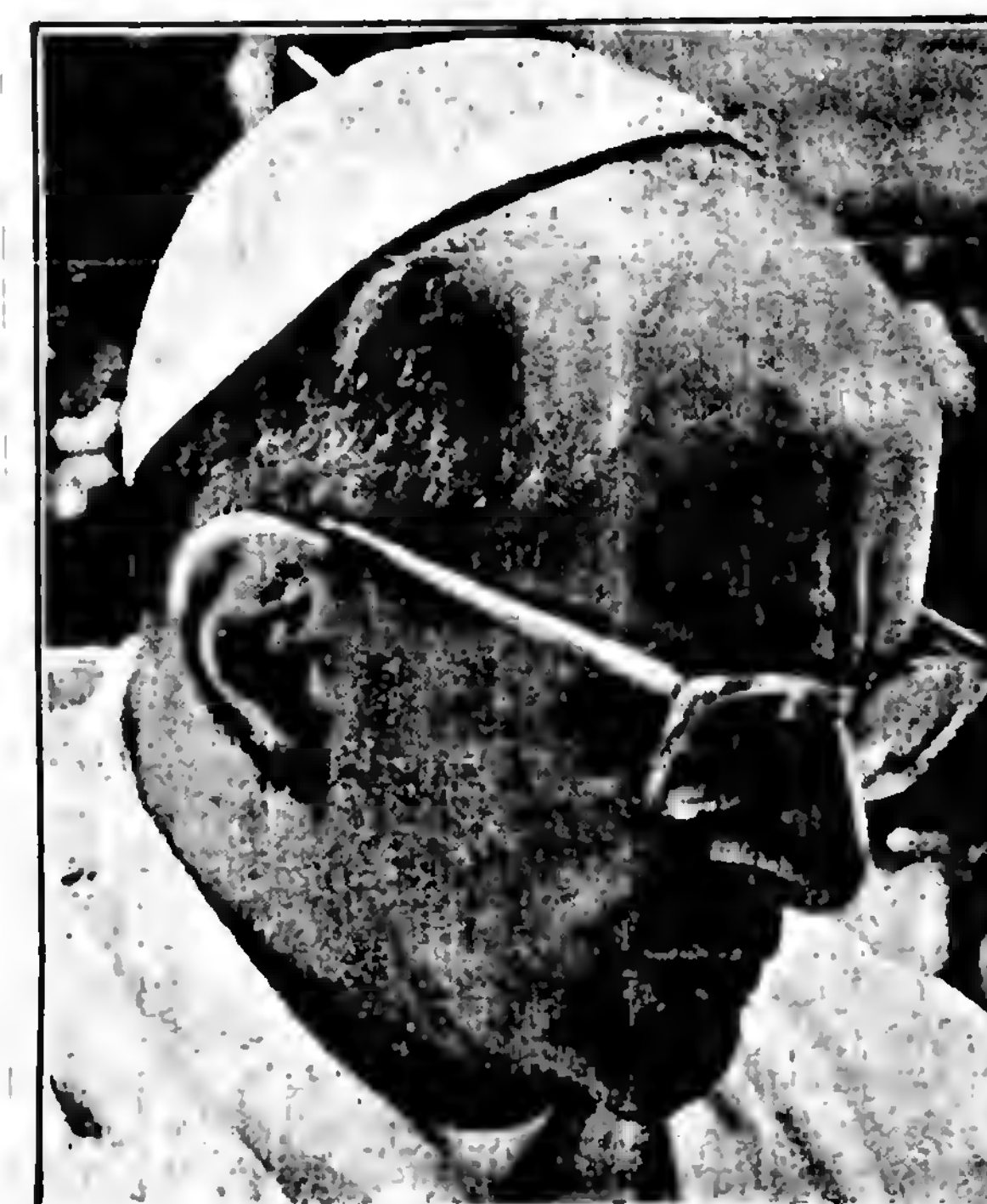
"Não mais a guerra! Nunca mais a guerra!"

Que significa tudo isso? Quer dizer que não devemos parar de falar e agir. E também de Paulo VI, num dos seus elogios a Pio XII a afirmação implícita da necessidade de reiterar incansavelmente aquelas mensagens que exprimem as aspirações mais profundas de todos os homens e que "encorajam — agora o estou citando — as fadigas e os estudos daqueles que se preparam para forjar um mundo novo e uma sociedade nova, aos quais Pio XII incitava com a palavra de ordem: não são as lamentações, mas é a ação o dever da hora presente."

Sim! Pois nas muralhas da ONU está gravado o ideal que Isaias (2,4) anunciou:

"Das suas espadas forjarão relhas de arado e das suas lanças, foices. Não levantará espada uma nação contra a outra nação nem daí em diante se adestrarão mais para a guerra!"

O apelo dirige-se a cada um de nós: profetizar, isto é, fazer o que nos cumpre para que o mundo se transforme em algo de humanamente habitável.



Papa Paulo VI



Solzhenitsin

Papa Pio XII



tuição visa a esse fim.

Durante o ano que passou a Liga recebeu e manteve em regime de internato, 814 menores cujas idades variam de 6 meses a 18 anos. Destes menores 512 são procedentes da Pró-Menor e 302 particulares gratuitos. Para manter estes menores a instituição gastou no ano de 1975 a quantia de Cr\$ 6.124.480,00, o que significa que cada menor custou para a entidade Cr\$ 626,99 por mês, excluindo-se moradia, donativos em espécie e o trabalho totalmente voluntário das senhoras.

A Liga das Senhoras Católicas, entidade que desde a sua fundação, em 1923, vem prestando, em diferentes campos serviços a São Paulo, tem como primeiro objetivo o atendimento do menor. Todos os departamentos e toda a preocupação da diretoria gira em torno desse atendimento. Qualquer outro trabalho realizado na insti-

ATENDIMENTO AO MENOR

PRIMEIRO OBJETIVO DA

LIGA DAS SENHORAS

CATÓLICAS

OS DEPARTAMENTOS DE RENDA

Para fazer face às despesas no atendimento ao menor a Liga mantém vários departamentos chamados departamentos de renda os quais, além de terem uma função eminentemente social de serviço à comunidade, produzem, realmente, uma renda destinada a auxiliar nas despesas com o atendimento dos menores:

Estes departamentos são:

SOLAR PAULISTA — É um hotel de 1.ª categoria, com 57 apartamentos, que estão sempre lotados. O tratamento é ótimo e sua renda se destina a manutenção dos menores.

PENSIONATO LAR FEMININO — Funciona em dois prédios contíguos à sede, e se destina a jovens comerciárias e estudantes que ali se alojam por preços módicos. A direção da casa está confiada às Irmãs Mensageiras do Amor Divino.

LAR DE SANT'ANA — Esta casa foi sempre uma das aspirações dos dirigentes da Liga das Senhoras Católicas, pois veio ajudar na solução de um problema que afeta a muitas pessoas que, na vida moderna não encontram local adequado para moradia. São as pessoas de idade. O Lar de Sant'Ana conta com 135 residentes. Foi inaugurado em 1972 e começou a funcionar em março de 1973. Sempre lotado e gente na fila à espera de vagas. Em dezembro de 1975 foi terminada a 2.ª ala do prédio, com mais 38 excelentes apartamentos e 25 quartos mais simples, dando assim oportunidade para o atendimento de mais 63 pessoas de idade, dando-lhes a alegria e o conforto de um verdadeiro lar.

A direção do Lar está confiada às Irmãs Mensageiras do Amor Divino, que cuidam da parte religiosa, com palestras, celebrações litúrgicas e assistência espiritual. A casa conta também com médico, enfermeira, monitores, oferecendo ainda outros serviços e lazer: cabeleireira, manicure e música ambiente. A renda do Lar de Sant'Ana tem ajudado muito.

EXPANSÃO SOCIAL — É um órgão de muita importância: controla, expande, mantém atualizado o quadro de contribuintes e está constantemente divulgando o trabalho da Liga para atrair novos associados e contribuintes. Em dezembro de 1975 o número de associados era de 1.379 e de contribuintes de 4.570.

AUXÍLIO SOCIAL — Na sede há uma butique permanente que conta com uma direção eficiente de grande número de senhoras voluntárias que confeccionam peças para o Bazar, que se realiza todos os anos, com grande sucesso, trazendo auxílio substancial para a receita da Liga.

AUDITÓRIO — Junto à sede existe um belo auditório que é alugado para concertos, cursos, simpósios, formaturas e demais solenidades, tudo revertendo em favor dos menores.

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS — Este departamento planeja e executa promoções que, pelo seu resultado financeiro beneficie a entidade, além de propagar os trabalhos realizados.

Há outras fontes de renda como sejam: Garagem Automática Roosevelt, à rua Nestor Pestana, o Posto de Gasolina Jacaguai, o Estacionamento Brigadeiro, a Farmácia Triângulo e o Bar e Restaurante (os dois últimos situados no andar térreo da sede).

Todos estes departamentos, como já vimos, se destinam a arrecadar meios para a sustentação dos departamentos que prestam assistência à coletividade, notadamente os destinados aos menores.

DEPARTAMENTOS ASSISTENCIAIS — Este departamento representa a Liga nas reuniões da Camal (Coordenação Arquidiocesana dos Movimentos de Apostolado Leigo). Promove estudo e meditação do Evangelho, nas reuniões semanais dos departamentos. Faz celebrar missas mensais nas reuniões do Conselho, a cargo do Pe. Xavier Ibarra. Realiza palestras para os funcionários e promove conferências de preparação para a Páscoa.

OFICINA SÃO JOSE — Sua diretoria dedicada e eficiente, com a colaboração de um grupo de senhoras, confeccionou uma grande quantidade de peças de roupas.

RESTAURANTE FEMININO — Com extraordinária frequência atende em média 2.000 moças diariamente, oferecendo por Cr\$ 5,00 uma refeição sabida e farta. Em 1975, 72.730 refeições foram servidas para office-boys, 129.500 sopas, 20.072 refeições gratuitas.

Durante o tempo disponível que se segue às refeições, há ambiente para lazer — biblioteca — sala de repouso — e são oferecidos cursos de Português, Matemática, Inglês, Dactilografia, Corte e Costura. Além de uma equipe que sempre está atendendo, aconselhando e orientando moral e religiosamente. É uma obra de invulgar Mérito Social.

DEPARTAMENTO DE MENORES — Sob seus cuidados, toda parte de internamento e desinternamento de menores: entrevistas e orientação às famílias dos mesmos. Interpretação e encaminhamento a outras obras. Apresentou no ano passado grande desenvolvimento, graças a dedicação de suas Diretoras que estão constantemente em contato com as Casas que os abriga.

CRECHE SÃO CESÁRIO — Instalada em prédio amplo e moderno na rua Cantagalo, no Tatuapé. Abriga 88 menores de 6 meses a 4 anos. Dirigido por eficiente equipe Psicopedagoga e dedicadas Diretoras. As crianças apresentam ótimo desenvolvimento. Anexo à Creche funciona "Jardim Colibri", com Maternal e Jardim da Infância para as crianças da Creche e do bairro.

CRECHE SANTO ANTONIO — Na rua Fiação da Saúde, no Jabaquara. Para crianças de 4 meses a 5 anos com ótimo funcionamento sob os cuidados de uma Irmã Missionária de Maria e uma professora Recreacionista e atendimento médico a 66 crianças. Ali recebem roupas, alimentação em regime de internato. As Famílias não são esquecidas, recebendo orientação de que necessitam.

DISPENSÁRIO SÃO JOSE — Anexo a Creche Santo Antonio, oferece serviços médicos, pré-natal, otorrinolaringologia, pequenas intervenções cirúrgicas, pediatria. Distribui alimentos aos mais necessitados.

INSTITUTO SANTA AMÁLIA — Situado na rua Miguel Estefano, esquina da av. Jabaquara, o Instituto Santa Amália viu multiplicado o número de seus alunos, dado a ampliação das instalações, do êxito obtido pelos cursos novos, a capacidade da equipe da Direção e a motivação da orientação religiosa. Assim em 1975 além dos cursos diurnos de Jardim da Infância, Pré-Primário, 1.º e 2.º Grau com 425 alunos. Funcionaram também à noite os cursos de 2.º Grau profissionalizantes: contabilidade e secretariado e os supletivos de 1.º e 2.º graus com 689 alunos — perfazendo um total de 1.114 alunos. No ano de 1975, o Instituto Santa Amália passou a dar lucro, podendo ser incluído entre os Departamento de Renda.

Além dos cursos mencionados, o Instituto Santa Amália realizou no ano de 1975 um serviço pioneiro de catequese, dirigido aos alunos, as suas famílias e dos professores.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: O SÃO PAULO

Data: 10-16 04 1976

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte: 0111.1

Trabalho este realizado pelo orientador religioso Pe. Xavier Ybarra, que contou com celebração eucarística diária, atendimento pessoal aos pais de alunos, aos professores e aos grupos de jovens; realização de inúmeros cursos e encontros de conscientização religiosa.

CASA DA INFANCIA DO MENINO JESUS — Sob a direção das Irmãs Missionárias de Maria, abriga 215 menores de 4 a 10 anos em regime de internato. Com orientação religiosa, educacional e escolar pelo método Montessori; oferece serviços médicos, dentário e psicológico. Contando com uma eficiente equipe técnica: Há cursos de Jardim da Infância, Pré-Primário: recebe alunos do bairro.

EDUCANDARIO DOM DUARTE
Localizado na Estrada Velha de Cotia, em terreno de 39 alqueires.

Sob a direção dos Irmãos Lassalle. É uma pequena cidade com seus menores de 7 a 18 anos. Neste foi dado início a implantação do trabalho planejado, visando a reforma e atualização do atendimento educacional e profissional ministrado no Educandário. Procurando ao menor uma orientação no sentido de colocá-lo na vida em sociedade como ser humano social igual a qualquer outro, sem diferenças provenientes de sua origem ou do abandono.

Nesse planejamento foi introduzido um programa de Educação para os menores, cujos frutos já começam a ser colhidos. Foram ministrados cursos e palestras por médicos e psicólogos.

Foram aprovados nos testes letivos para os cursos do SENAI alunos e a preferência de acordo com a escolha dos ofícios foi a seguinte: Marceneiro, mecânico de automotivo, encadernador — retificador mecânico, eletricitista — impressor, tipógrafo, tapeceiro e frezador.

O SENAC proporcionou aos jovens cursos no Educandário de: Auxiliar de escritório e tipógrafo. Dos que fizeram o curso, 3 trabalham no Hotel São Paulista com bons ordenados.

Foram mantidos entendimentos com o SENAI para a elaboração de um convenio que visa a realização dos cursos profissionalizantes nas oficinas do Educandário.

Tendo sido observada a necessidade da reforma das oficinas, o SENAI elaborou as plantas detalhadas e o orçamento da construção e montagem que ofereceu gratuitamente a Liga.

Para elas a creche foi a melhor solução

Creches, Uma necessidade social para as camadas de menor renda familiar; uma imposição do desenvolvimento econômico que cada vez mais precisa de recursos humanos, gerada pela emancipação da mulher com vistas a realizações de ordem pessoal, ou ainda, uma necessidade para qualquer sistema de educação que pretenda o desenvolvimento integral do indivíduo?

Essas e muitas outras questões podem ser levantadas em torno do tema. Mas aqui trataremos de mães que tem filhos em creches. É muito comum que uma mãe que tem um filho ou mais em creche, ouça com frequência a exclamação: mas como, você deixou seu filho em creche? Logo seguida da expressão "c oitodinho".

Infelizmente a idéia corrente sobre o funcionamento, atendimento e necessidades ou razões por que uma criança é deixada em creche, é sempre a de que ela é uma criança menos amada, pouco desejada, colocada no mundo para satisfazer ao egoísmo dos pais, que logo em seguida entregam à creche a responsabilidade de criá-las e educá-las.

A creche de Vila Leopoldina, mantida pela Associação Evangélica Beneficente acomoda nas suas instalações, no Alto da Lapa, cerca de 120 crianças de 0 a 4 anos de idade.

Essas crianças permanecem aproximadamente 10 horas na creche, onde recebem alimentação, remédios indicados pelos seus pediatras, tomam banho, dormem e brincam, enquanto suas mães ocupam-se com as suas tarefas profissionais.

Nessa creche a clientela é bastante heterogênea, diferente de algumas outras onde são criadas restrições para a aceitação de crianças cujos pais sejam considerados em condições de pagar uma creche ou escolinha particular. É claro que o critério básico para a matrícula de uma criança, é sempre o de que será aceita aquela cuja família não dispõe de recursos suficientes para mantê-la em casa, e da disponibilidade de vagas.

Levando isso em conta, procuramos saber de algumas mães cujos filhos frequentam essa creche, como vêem a sua própria situação e que pensam de um dia dedicado unicamente às mães.

Dizendo-se muito feliz por ter uma filha de 4 anos de idade, Tereza Garcia Alves rememorou o seu primeiro "Dia das Mães", quando a filha ainda recém nascida lhe proporcionou ganhar do marido um buquê de rosas e um par de chinelos de veludo, acompanhados do tradicional

parabéns pelo dia que passava.

Nos anos subsequentes e estes também, Tereza não deixou nem deixará passar a oportunidade de fazer um bolinho, por simples que seja,

e de ouvir a filha e o marido cantar "Parabéns para Você", pois afinal "um filho é uma riqueza que a gente tem e que não há dinheiro que pague", diz ela, enquanto espera para hoje, na hora de cortar o bolo, ouvir as felicitações por ser mãe.

NA CASA DOS OUTROS

"O dia das mães é um dia alegre, de muito prazer, não tenho mais alegria porque vivo na casa dos outros". Marlene Ramos dos Santos fala enquanto pensava como seria o seu dia de hoje. Há um ano e um mês morando em São Paulo, vinda da Bahia, onde ficou viúva com 9 filhos e grávida de três meses, Marlene leva todas as manhãs, a sua filha mais nova, de seis meses de idade, para a creche, retornando à casa onde mora em companhia da mesma e faz todos os trabalhos domésticos da casa.

Dizendo que muitas vezes tem vontade de pegar a filha e ir para qualquer lugar, Marlene conta como se encontram os outros filhos. Convidada por uma senhora sua amiga, veio para São Paulo grávida de três meses, em companhia de duas filhas, com seis e quatro anos respectivamente, deixando na Bahia, os outros sete que se encontram nas casas de parentes seus, ou empregados em casas de outras famílias. O filho mais velho, com 18 anos já trabalha e mora sozinho. Quanto às filhas que trouxe junto uma se encontra numa creche em Osasco, onde vive em regime de Internato, e a outra com uma amiga que mora em Carapicuíba.

Com Marlene permanece apenas a filha recém-nascida, que ela acha melhor

colocar na creche, porque lá ela recebe alimentação na hora certa, vê outras crianças enfim bem cuidada. Se a creche não fosse perto da casa onde trabalha, certamente que Marlene não estaria tendo condições para trabalhar, pois a senhora amiga que mandou passagem para ela vir trabalhar na casa dela, indicou-a para uma família amiga, porque Marlene se negou a dar a filha para que outras pessoas criassem antes de sair do hospital.

Marlene não tem para onde ir nos seus dias de folga, e assim fica sempre em casa. Hoje ela espera que a patroa lhe dê permissão para ir ver a filha que está em Osasco e participar da festa do Dia das Mães que será promovida enquanto alimenta a esperança de ter um dia alegre mesmo longe dos filhos.

NAO SABIA DESTE DIA

Aldenir Gomes Silva, de 37 anos tem uma filha de um ano e três meses, é solteira e trabalha como doméstica, residindo na casa dos patrões. Para ela o dia das mães vai ser um dia como outro qualquer, ela deseja apenas estar com saúde, bem como a sua filha, e que todas as mães da creche tenham um dia feliz. Ela não sabia que existe no calendário um dia dedicado a todas as mulheres que são mães.

"A creche é bem mais segura para a gente deixar o filho do que com empregadas, além da possibilidade de conviver com outras crianças. Não troco a creche por nenhuma empregada, moro na Consolação e venho deixar meu filho aqui na Lapa todos os dias, enquanto me ocupo com costura e estudo".

Esta é Madalena Rossi, que tem um filho de três anos de idade, e não sabe como em um país subdesenvolvido se possa fugir à propaganda de consumo em torno do dia das mães. "No fim a gente tem que entrar. As próprias

crianças participam mais da propaganda que nós adultos, é impossível fugir disso. Pessoalmente, acho que nesse dia se deveria dar aquilo que val dentro da gente amor. Mas a propaganda de consumo tenta mostrar uma festa diferente e coagir os pais a darem presentes. No fim a gente tem que comprar e participar".

No dia das mães, primeiro como mãe, Madalena recorda que ganhou o melhor presente da sua vida. O seu filho nasceu no dia 13 de maio de 1973

Funcionária pública municipal, Ernestina Clara Pires de Arruda Pereira, acha o dia das mães um dia maravilhoso, no qual as pessoas têm oportunidade de demonstrar às suas mães o quanto elas são importantes, e ela como mãe sente-se imensamente gratificada, quando, no dia que lhe é dedicado acorda com os filhos em roda da cama, oferecendo-lhe uma flor ou um presentinho e quando logo depois reúne-se na casa da sua mãe, com as irmãs e os filhos e sobrinhos, e cunhados e marido para uma confraternização simples, mas carinhosa.

"Dona Clara vê a propaganda como muito benéfica, e já que existem outras, inclusive pornográficas, por que não despertar nas crianças a lembrança boa do dia das mães?"

Ocupando há três meses o seu primeiro emprego, Clécia Otília Barbosa, natural de Garanhuns Pernambuco, é arrumadeira numa casa próxima à creche, e aos sábados deixa a filha com uma vizinha para poder ir trabalhar. A noite quando retorna à casa ela vai cuidar do jantar, do marido, da filha e não vê o dia das mães como um dia especial, é como outro dia qualquer. Apesar disso acha que ele deveria ser um dia maravilhoso o marido dá-lhe parabéns e normalmente fica alegre.

UNESCO VAI PESQUISAR A MULHER BRASILEIRA

O Brasil e mais 6 países serão o campo de pesquisa escolhido pela UNESCO, órgão da ONU que trata de assuntos relacionados à educação e cultura, para um levantamento sobre a situação da mulher.

A pesquisa foi recomendada como prolongamento do Ano Internacional da Mulher, celebrado no ano passado, e sua execução foi decidida por uma reunião de mulheres (parlamentares, sociólogas e educadoras) de 22 países, realizada no final de 1975, em Bonn, organizada pela UNESCO e pela Comissão Nacional da República Federal da Alemanha.

Os estudos serão realizados no Brasil, nos Estados Unidos, em Gana, na Grã-Bretanha, no Japão, na URSS e na Tunísia e deverão indicar qual é a situação da mulher, atualmente, nos setores civil, político, econômico, social e jurídico.

LITERATURA

Moças de fino trato

Maria Rita Kehl

Os colégios de freiras, principalmente os grandes internatos para moças estão desaparecendo. No entanto, até pouco mais de vinte anos atrás e em menor escala, até hoje eles eram considerados pelas famílias de classes altas e médias como as únicas instituições capazes de educar corretamente suas filhas, preparando-as com perfeição para o lado bonito da vida: aquele "naturalmente" destinado às mulheres. As famílias que viviam longe das capitais tinham o seguro recurso de mandar internar as meninas em colégios que eram verdadeiros núcleos de manutenção de uma tradição, geralmente aristocrática, da cultura européia (francesa, sobretudo) nas grandes capitais. E lá iam as moças, ou mesmo as meninas de dez, onze anos, sem entender porque eram tiradas da informalidade dos grupos escolares e da vidinha livre de criança do interior para viver de acordo com uma disciplina férrea, onde a moderação de todos os prazeres e o ambiente de fervor obrigatório deviam transformá-las em senhoritas de fina educação.

Essa é, entre tantas outras, a história de Isabela Carloni que Martha Antiero conta em *A Rede*, escrevendo com uma riqueza de detalhes que leva a crer que o livro se trata de sua própria história. Deixando Santa Quitéria, cidade do sul de Minas onde vivia com seus pais, Isabela Carloni vai estudar no Rio, interna no Divin Sillage, colégio de freiras francesas cuja orientação nada deixa a desejar para a que deviam receber as moças da corte na França, antes da Revolução de 1789.

Vista pelos olhos e pela sensibilidade de Isabela Carloni, que tudo estranha no novo colégio, a educação que centenas de mulheres das camadas mais altas de nossa sociedade receberam é destrinchada minuciosamente. Nos primeiros meses de internato Isabela não entende o porquê das exaustivas regrinhas que controlavam o andar em fila, as idas ao banheiro, os recreios onde as moças tinham que brincar e eram proibidas de formar grupinhos, o pânico generalizado entre freiras e alunas ante qualquer tipo de intimidade que pudesse surgir entre estas, transformava imediatamente em ameaçadores sinais de homossexualismo.

Mas com o tempo, Isabela vai se acostumando com o colégio, com as freiras e com o conformismo das colegas. Vai se transformando, ela própria, numa moça de elite, que toca piano e fala francês na perfeição, que aprendeu a harmonia de gestos e as boas maneiras convenientes a uma dama e já sabe que, na sociedade, cada um deve ocupar o lugar que lhe foi destinado, mais acima ou mais abaixo conforme a von-

tade de Deus. Só que a autora, ao narrar a história da adaptação de Isabela à vida do Divin Sillage e consequentemente ao seu "papel" de mulher, perde ela mesma a perspectiva crítica que poderia transformar essa mesma história em muito mais do que a vida de uma pessoa isolada, particular. Pois Isabela não é apenas representante de si mesma — e sim de todo um contingente de mulheres de sua classe e geração. Mas ao se apaixonar perdidamente por si própria, ao preferir debruçar-se para dentro de suas transformações internas, de adolescente, ao invés de tentar compreender o que se passava a sua volta com centenas de moças iguais a ela (as colegas, no livro, não passam de nomes impessoais que decoram o ambiente do colégio), Isabela/Martha Antiero perde a grande oportunidade que seu próprio romance levantou: a de analisar, sem perder o tom de romance, a formação, a posição social e a escala de valores que determinou e ainda determina o que são as mulheres de classe média alta, até hoje.

É verdade que Isabela tem dúvidas, faz perguntas o tempo todo sobre o que estão tentando lhe ensinar. A reflexão sobre essas perguntas é que fica superficial, indecisa em remexer de vez em velhas gavetas de valores empoeirados, tímida demais para arrancar a máscara dos costumes e das aparências e revelar o que Isabela Carloni não conseguia ver.

É como se Martha Antiero, afeiçoada ela própria ao seu passado em algum Divin Sillage de verdade, não conseguisse o distanciamento suficiente para destrinchá-lhe as entranhas. No fim do livro, quando Isabela volta mais uma vez das férias e entra no velho colégio ainda diz que está tentando acreditar na perfeição que lhe apregoavam mas que ela não via. E se a autora não conseguiu também deixar de procurar essa perfeição, não poderia de jeito nenhum entender com clareza o que ela representa — ou pelo menos, não conseguiu transmitir. Em *A Rede* todas as relações humanas são puras, ingênuas, carregadas de boas intenções. Depois de uma série de mal-entendidos, todos obtêm perdão. A adolescente amadurece e adquire o dom da compreensão — ao mesmo tempo os da conveniência e do bom comportamento. Mas na narrativa sensível e por vezes até poética de Martha Antiero, ela consegue talvez sem querer, para os mais observadores, expor-se a si mesma como produto desse mesmo mundo que não conseguiu retratar criticamente.

A Rede — Martha Antiero. Editora Civilização Brasileira, 1976, Rio de Janeiro, 284 págs.

Música

ESSE DESESPERO
É MODA EM 76?

"Minha dor é perceber, que apesar de termos feito tudo, tudo o que fizemos ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais". (Como nossos pais, de Belchior)

(entrevista de Belchior
a José Miguel Wisnik e a Maria Rita Kehl)

O LP *Alucinação*, do compositor cearense Belchior, começa a tomar conta de programas de rádio, a entrar pelas casas, pelos táxis, a ocupar seu lugar nas colunas de jornal, na discoteca do público estudantil. Ouvido, impressiona logo pela convicção que transpira de suas letras, pela intenção de dizer algo sobre a vida, de cantar o que está se passando. Chama a atenção pela força de sua vontade, expressa num inconformismo programático, onde o verbo *querer* tem lugar capital: "Quero que esse canto torto feito faca/corte a carne de vocês". (*A Palo Seco*). Fala da vida urbana, critica os valores de sua geração e das mais novas, lança-se a um repto libertário: "A única forma que pode ser nova é nenhuma regra ter é nunca fazer/nada que o mestre mandar. Sempre desobedecer/nunca reverenciar." ("Como o diabo gosta")

A veiculação em disco desse trabalho bastante polêmico permite agora que ele venha a ser devidamente apreciado e discutido, provocando reações controvertidas e reabrindo a discussão de uma série de problemas que estão atualmente bastante amortecidos no quadro da música popular brasileira. Belchior leva à frente esses problemas com a erva de quem já cantou em feira, ou nas boates da praça Mauá, no Rio, em festivais estudantis e nos subterrâneos da indústria do disco.

MOVIMENTO — Há um ano atrás, numa entrevista que fizemos com você e outros compositores da sua geração, você dizia que "mais morria do que vivia" de música, e apontava a marginalidade da situação dos compositores que não encontram meios de fazer circular a sua produção. Agora, com um LP novo na praça, com músicas gravadas por Elis Regina e Roberto Carlos, será que você poderia dizer, como em sua música "Um sujeito de sorte", que "ano passado morri, mas este ano não morro"? O que mudou efetivamente na situação?

BELCHIOR — Acontece o seguinte: o trabalho de qualquer jovem, de qualquer artista neste tempo está sofrendo, independente da sua qualidade, uma grande dificuldade de emergir; eu acho que sobre os artistas jovens está pesando toda a dificuldade de criar, atualmente, no país. O fato de uma pessoa não ter gravadora, dificulta ainda mais o trabalho: os artistas que trabalham com disco não podem gravar disco.

Então é fundamental que a discussão sobre a obra desses artistas comece pelo menos a partir da publicação do trabalho, porque afinal de contas, naquele tempo a gente estava discutindo trabalhos inéditos, que o público não tem obrigação nenhuma de conhecer. Agora, pelo menos isso mudou; e o trabalho pode receber uma resposta, pode ser avaliado em função da sua existência real, do conhecimento dele.

M — Dentro disso, o que significa pra você ser gravado por Roberto Carlos ("Mucuripe", parceria com Fagner) e por Elis Regina ("Como nossos pais" e "Velha roupa colorida")?

B — Ser gravado por Roberto Carlos significa público, e que a música tem possibilidade de público. Por Elis é importantíssimo; ela é a intérprete que chega até à música levada por um desejo de criar, o que foge à mecânica normal dos intérpretes contratados por gravadoras, para quem o compositor é quase sempre um mero fornecedor de material adaptado ao estilo do cantor. Eu vejo um mérito enorme nesse dom da Elis, coisa que ela já faz há muito tempo, de identificar compositores em início de carreira.

M — As letras das suas músicas chamam logo a atenção pela discursividade — são compridas e tomam conta da música. Há uma relação disso com o fato de você ter dito alguma vez que se considera sobretudo um poeta, não do livro mas da música? B — Eu sempre achei que as letras de música em geral se ressentem muito do jargão literário. Então a minha poesia é uma espécie de anti-poesia, ela tem uma discursividade mais próxima da prosa, ou do prosaico, que me parece um modo mais original de você dizer. Acho que esse jargão poético (com um vocabulário muito escolhido, muito metafórico) dificulta o entendimento; eu prefiro ser direto e "prosaico": em vez de *querer dizer*, eu prefiro *dizer*, sabe? Eu prefiro partir diretamente para o ato de dizer e não ficar nas intenções e nas sugestões etc.

M — Mas nessa intenção de *dizer* antes de mais nada, você trabalha mais a letra do que a música?

B — O fato de utilizar uma frase longa com uma melodia econômica é muito ligado ao modo gregoriano de cantar(1), onde você tem um trecho melódico muito pequeno mas que é muito aberto para você encaixar o número de palavras que você quiser. Há uma ligação real com o gregoriano, que eu já cantei muito na minha vida, e não com Bob Dylan, como às vezes as pessoas ligam (na verdade, como eu não sei inglês, isso não tem influência). Agora, não acho que as músicas sejam menos melódicas e mais letrísticas, que eu valorize *mais* a letra do que o som, ou mesmo esse problema da veiculação da poesia mais através da música do que do livro. Eu acho que utilizo a melodia num nível mais econômico do que as letras, mas adequado e proporcional; o cuidado que eu tenho com a poesia é o mesmo que eu procuro ter em veicular aquilo de um modo cantado.

M — Essa tendência sua é bem estranha à tendência atual de valorizar o *som*, curtir o som, mergulhar na sonoridade musical.

B — É por isso que eu procuro definir o meu trabalho mais para a canção do que para essa coisa da música. Música está me parecendo uma coisa muito abstrata, por isso eu estou preferindo canção, porque canção diz logo: são palavras cantadas, coisas que têm palavras no meio. Hoje eu não tenho muita apreciação por um tipo de desequilíbrio em que a melodia ganha da letra. Eu tenderia mais para o desequilíbrio no outro sentido.

M — Esse jogo de preferências entre a música e a palavra é muito antigo, e na verdade revela visões de mundo diferentes. O que você acha disso?

B — Sim. Essa tendência para a palavra narrativa lembra as canções de gesta medievais (2), e são ao mesmo tempo fixações culturais do Nordeste, em que eu sou muito ligado: você está cantando mas também está contando uma história, com certa despreocupação com a melodia; você tem alguma coisa a dizer, mais do que criar um ambiente sonoro.

M — Essa oposição está ligada ao gênero lírico e ao épico. No lírico a poesia é como se quisesse se confundir com a música, dizer o que a música diz, o que é, em última análise indizível (portanto é aquela poesia metafórica que você disse que se opõe à sua: sempre *quer dizer*, mais do que *dizer*). Um bom representante desse gênero seria o Fagner. Já a sua quer ser épica, a gesta, a poesia quer contar uma história, trabalhar com fatos.

B — É. É mais a coisa do rapsodo (3) antigo (que é ligada ao Nordeste, ao cantador, ao repentista) e não o poeta lírico ou o autor trágico precisamente. Eu acho que a música do morro carioca, por exemplo, é mais "dionisíaca", isto é, está ligada ao sentido da *orgia* (palavra incrível que aparece muitas vezes), da embriaguez, da tragédia, que é ligada a uma espécie de envolvimento com a natureza: a embriaguez é uma forma de mergulho na natureza, não é? Já o homem do Nordeste é diferente: ele não pode se entregar à natureza, ao contrário, ele tem que lutar com ela, resistir a ela, e a poesia narrativa está ligada a essa forma de resistência frente à natureza. Acho que nisso tudo está o sentido mais profundo da arte popular: representação das aspirações todas de um povo, seu desejo, sua sexualidade, sua festa, seu sofrimento, seu trabalho, sua luta. As raízes do meu trabalho, no caso, têm uma amplitude nordestina, só que sem o menor preconceito ao avesso, de lincar pé no "regionalismo".



M — Suas músicas parecem tratar de dois grandes temas: o do *andarilho experiente*, vamos dizer assim, que andou pelo mundo e conta o que viu, (é o caso da música "Fotografia 3/4 para documentos") e o da *crítica da degradação dos valores jovens* (como "Alucinação", que dá título ao LP, "Como nossos pais", "Velha roupa colorida", entre outras). Poderia falar dessas duas linhas?

B — Primeiramente eu gostaria de ressaltar que, ao contrário do que muita gente vê, a música não é auto-biográfica, mas corresponde a uma biografia imaginária. Ela faz o relato do que se viu, é claro que junto de uma reflexão crítica, porque a gente vê o que está precisando ver. Já no simples fato de constatar existe uma violência enorme, se bem que eu nunca me cohforme com a mera constatação, eu sempre incluo a crítica e gosto de usar a primeira e a segunda pessoas, ou seja, criando uma situação em que alguém diz alguma coisa a outro que quer ouvir.

Nessa linha do andarilho há uma preocupação de não folclorizar; eu quis partir do popular no seu sentido profundo: tratar das aspirações, o desejo, o sofrimento, o amor, as dificuldades todas que uma pessoa do povo tem em exercer sua vida, sair de um lugar para outro, e que refletem uma dificuldade geral. Eu não quis folclorizar em cima do migrante e nem fazer a mística do regresso, de ficar achando que tem que voltar para a terra natal e que é lá que estão as coisas boas etc.

M — Insistindo: essa linha fica secundária em relação ao outro tema, que é a crítica de uma geração (a dos chamados "anos 60") e sua cultura.

B — Eu penso que esse é um tema superficial no trabalho, no sentido de que vai ser substituído, mas representa um máximo de contemporaneidade na criação, quer dizer, está falando de um problema bem do momento, em que há necessidade de reflexão sobre as coisas. Porque essa ideologia jovem foi uma vez renovadora e perdeu a sua eficiência, foi absorvida pelo sistema e transformada pelo mercado. Então é bom falar disso: eu acho que é um problema presente mas ultrapassável. E é um tema aparente, porque é muito contemporâneo, dominante no disco pela frequência mas não creio que pela profundidade com que aparece. É um gancho.

M — Mas já que aparece tanto, é importante discutir por que. O que você diz é mais ou menos o seguinte: na década de 60 aparecem uma série de valores novos e contestadores associados à juventude, que propõem um outro modo de vida que não este, valores que vêm, no entanto, a se transformar em mercadorias vendáveis, produtos de consumo. Você critica o desgaste da idéia e da palavra *jovem*, mas lança mão da mesma palavra, reproduzindo em certa medida aquilo que critica.

B — O tema fundamental é aquilo que a gente entende por espírito jovem, que é o espírito que não quer parar a história, que quer continuar as transformações, então é esse o espírito que a gente identifica verdadeiramente como jovem, e a gente sempre vai falar disto.

M — Isso é notável basicamente no nível da *intenção*, mas a gente sempre pode discutir a formulação, porque entre as intenções e os resultados há uma grande distância. A música que passa, ou é feita para passar por uma máquina industrial, e que se dirige a um público padrão jovem, pode diluir as intenções críticas transformando de novo a sua música em um novo produto "jovem", que se vende como uma calça surrada para dar idéia de liberdade, e que manipula as intenções críticas da música para reduzi-la a uma espécie de produto jovem recauchutado. Não estamos colocando isso como um problema sem saída, mas um problema que se coloca para quem tem intenções de produzir criticamente.

B — Eu acho que os conceitos de *jovem* e *antigo* são usados com critério de clareza, de um modo dialético perfeito, e não deixam margem a enganos. É um problema que tem que ser visto na integridade da obra, e não isolado. Eu crio e a máquina veicula como ela sabe. Isso propriamente não me preocupa, pois tenho interesse em que os falsos valores sejam explodidos mesmo. A intenção é revelar um sentido novo que possa ter a palavra jovem dentro de um contexto histórico real, presente e concreto. Em seguida, você consegue explodir o conceito velho usando as mesmas palavras, porque isso é provocativo, é crítico, é irônico.

M — É tudo isso, e por um lado é ingênuo, no sentido de que você joga suas intenções com a maior sinceridade dentro de uma máquina que não tem as mesmas intenções, certo?

B — Sim, mas acho interessante que o mercado consuma com largueza determinados produtos e não outros.

M — Você tem um bom exemplo que toca nisso. Sua música "A palo seco" ("Eu quero que esse canto torto/feito faca/corte a carne de vocês") que já foi gravada diversas vezes por vários cantores, é um primeiro sinal do desespero e da crítica dos valores na moda ("Assim falando pensas que esse desespero é moda em 73" e agora "em 76"). Na primeira gravação Rogério Duprat fez um arranjo em que ele lhe deu uma dica de como penetrar. Qual foi?

B — Sim, ele falou que devia fazer um arranjo dentro de uma padronagem do que no tempo é verificado como "som jovem": como a música era cortante precisava ser adoçada para penetrar.

M — Quer dizer que a dica do mercado já não era de um "canto torto" a palo seco, agressivo na intenção inicial, mas um som dançável, e muito diferente do *palo seco*, não é verdade?

B — Da criação à veiculação vai um desgaste enorme; quando a palavra chega ao receptor está amortecida pelo invólucro, pela caixa, ela está protegida mas também está amortecida. Realmente há esse problema. A industrialização esfria o produto, e é preciso saber jogar com isso, e criticar isso no percurso que vai da criação ao ouvinte.

Podemos terminar, como no disco, com "Antes do fim": "Quero desejar antes do fim/Pra mim e pros meus amigos/Muito amor e tudo mais/Que fiquem sempre jovens/E tenham as mãos limpas/E aprendam o delírio com coisas reais/Não tome cuidado/comigo/O canto foi aprovado/E Deus é seu grande amigo/Não tome cuidado/comigo/Que eu não sou perigoso/Viver é que é o grande perigo".

(1) Canto gregoriano — gênero de música religiosa que se desenvolveu durante a Idade Média, em que o texto é cantado num ritmo relativamente livre, e onde cada nota pode ser repetida (duplicada ou multiplicada) conforme a necessidade do texto.

(2) Canções de gesta - história cantada, gênero medieval de narrativa musicada, de muita influência sobre a cultura popular do Nordeste.

(3) Rapsodo - Na Grécia antiga, o cantor de trechos de poemas épicos.

LIVROS

Mulher e sociedade

Nelson Werneck Sodré

É de certa forma compreensível ver nas vitrines das livrarias, como representações da cultura, obras pornográficas e ligadas ao crime, à violência sob todos os seus aspectos. O que não é compreensível é verificar como a imprensa, mesmo aquela independente, volta as suas atenções para as obras secundárias, para o *best-seller* estrangeiro, ou para simulações culturais que vivem de elaborada publicidade, como essa fascinação recente pelo estruturalismo e pela linguística. Essa confusão entre cultura e alienação, entre conhecimento e petulância, entre pesquisa e aventura, é um dos tristes sinais da fase que estamos vivendo. Recentemente, constatei como romancistas da qualidade de Pratolini, de Alejo Carpentier, de Babel ficaram esquecidos nas prateleiras, e de suas obras traduzidas não se ocuparam os noticiários, aferrados ao livro do momento, discutido nas cátedras universitárias que estão transformando a literatura na mais tediosa das atividades e na mais estúpida. Mas isso acontece, também, com o livro da área das ciências ditas humanas ou sociais, quando ensaios de absoluta desvalia são altamente valorizados, até mesmo com adoção nas Faculdades, enquanto outros, realmente importantes, são atirados à sombra de um silêncio mortal, como se não existissem. Ora, precisamente isso é o que vem acontecendo com o ensaio de Heleieth I.B. Saffioti, sobre a mulher na sociedade de classes. E só em consequência dessa triste, opaca e desmoralizadora omissão é que me disponho a discutir, em breves linhas — na verdade, mais noticiar do que discutir — uma obra que deveria estar sendo discutida, desde o seu lançamento, há meses, nos jornais, nas revistas especializadas, nas Faculdades.

Creio que a primeira virtude do referido ensaio seja a posição científica em que a autora se coloca. Não há, efetivamente, possibilidade de apreciar o complexo problema da mulher em termos de mulher versus homem, como não há possibilidade de apreciar o problema de raça e de cor em termos de negro versus branco, ou o problema político brasileiro em termos de militares versus civis. Esses pretensos dilemas sonegam a verdade e a complexidade dos fenômenos estudados. A colocação dele nos termos em que a autora o faz mostra, desde logo, a seriedade de que se reveste o seu trabalho. Mas há um segundo aspecto a confirmar essa seriedade: a autora entende, e interpreta, em consequência, o problema, do ponto de vista da sociedade de classes, isto é, sabe situá-lo em seu universo. Dessas duas premissas fundamentais se conclui, assim, pela alta qualidade do livro. Há uma terceira, entretanto, que completa aquelas antes referidas. Trata-se da apreciação da mulher em relação ao trabalho. Não se poderia compreender,

realmente, qualquer análise do problema sem o associar ao que é fundamental na sociedade, aquilo que, inclusive, condiciona a divisão em classes.

O ensaio em questão não é apenas amplamente informativo mas amplamente discutido. Por todas as suas qualidades, não é demais situá-lo como o mais importante trabalho, no que se relaciona ao tema, entre todos os aqui publicados. Ele vale, incontestavelmente, pelo rigor na aplicação do método e pela capacidade da autora em passar do universal ao particular, sem se perder e sem aceitar colocações ligadas apenas ao anti-preconceito, que pode ser tão sectário quanto o próprio preconceito. Daí a marginalização, em sua análise, dos aspectos secundários, pitorescos, menos importantes do problema, por mais sedutores e polêmicos que sejam. Isso caracteriza, ainda uma vez, a seriedade do livro. Creio que o centro de gravidade de sua interpretação esteja na análise da força de trabalho da mulher. Para que esta louvação, de todo merecida, não se revista de unilateralidade, é preciso mencionar dois detalhes que destoam da unidade orgânica do conjunto. O primeiro, sem maior significação, valendo como descuido imperdoável em estudo tão sério, é a utilização de

matéria fornecida por agência estrangeira de notícias a dois jornais brasileiros, um deles o *proyecto Estado de São Paulo*. Tais matérias, apresentadas pela autora como comprovantes, não podem equivaler-se às fontes outras de que serviu, e bem; não têm autoridade científica. O segundo, já mais importante, mas associado a uma questão de ponto-de-vista, isto é, sujeito a critérios subjetivos, está na aceitação pela autora de teses sobre a formação histórica brasileira que, a meu ver, carecem de fundamentação. Há, por último, certo grau de reverência da autora a autores menos qualificados. Nessa reverência existe, de certo, a influência da superstição acadêmica. Mas estas observações perdem destaque diante da importância do livro. Ele merece ser muito mais discutido do que vêm sendo. É sério, fundamentado e amplo na sua análise. Há nele muito que aprender.

A mulher na sociedade de classes: mito e realidade, de Heleieth Saffioti. Rio, Vozes, 383 págs. 2ª edição (1976), revista e ampliada.

Nós, mulheres; quem somos?

**Um grupo de feministas
de São Paulo (com
colaboradoras de outros
Estados) acaba de lançar
o primeiro número de
mais um jornal em nome
da mulher brasileira**

Uma das provas mais evidentes de que a situação confortável de certas pessoas (os homens) está edificada sobre a posição bastante desconfortável de outras (as mulheres), é que sempre que essas últimas falam em seu favor, os primeiros entendem que elas estejam se levantando contra eles. Não é a toa que, muito contra a sua vontade, todas as vezes que uma feminista vai explicar o conteúdo de sua luta, precisa começar justificando: ninguém aqui é contra os homens, ou tem qualquer intenção de dominá-los. O que se pretende, é por um fim à dominação inversa.

Para não fugir à regra, o editorial do *Nós, Mulheres* contém a mesma explicação "... não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação". Justificativa que ainda terá de se repetir à exaustão, até que os próprios homens (e mesmo muitas mulheres) se convençam de que, combatendo as feministas, estarão simplesmente colaborando para ocultar inimigos mais perigosos — e muito mais atuantes.

Mas além de não ser um jornal contra os homens que seria, sem dúvida, ridículo, *Nós, Mulheres* também está bem longe de ser o resultado de um trabalho feito por menininhas de vida mansa, em reuniões e chazinhos vespertinos. (Outra acusação feita aos movimentos feministas, tentando caracterizá-los como simples expressão da falta de assunto das mulheres de classe média).

Embora redigido — no sentido literal do termo — por universitárias, professoras, etc., ou seja, por mulheres de vida *relativamente* mais fácil do que a maioria, o *Nós, Mulheres* é feito quase integralmente em torno de donas de casa da periferia, operárias, empregadas domésticas, vartedoras de rua. Pessoas localizadas no ponto de confluência de dois grandes problemas sociais: o da mulher, e o do trabalhador. Dessa maneira, *Nós, Mulheres* demonstra na prática (e a partir do conteúdo dos depoimentos) a relação intensa e necessária, no modelo social dito ocidental, entre essas duas posições. E confirma a afirmação de Ana (operária) no debate da última página sobre o trabalho feminino: "não pode ser individual, entende. A mulher, sozinha, não pode deixar de aceitar, senão passa fome. Tinha que ser algo mais coletivo". (Maria Rita Kehl)

CULTURA

O beabá do intelectual confuso

Pela inevitável ameaça que representam aos setores mais conservadores da sociedade, os movimentos feministas tem sido frequentemente alvo de ataques, piadas de mau gosto e interpretações maldosas. Estes setores, como é óbvio, tem conhecidas razões para se oporem a um movimento que visa a plena integração da mulher, como cidadã e trabalhadora, à sociedade.

Desta maneira, estão cegos não somente para os problemas enfrentados pelas mulheres trabalhadoras como mesmo para fatos aberrantes — como as seguidas absolvições de maridos que trucidam as esposas em nome da “honra”, (até mesmo em casos em que as mulheres já são separadas legalmente de seu cônjuge), ou as violências que sofrem as mulheres na forma de agressões físicas, violentações, etc.

A síntese do desrespeito pelas reivindicações mais legítimas das mulheres, pelo avacalhamento de uma questão séria através de chacotas e ironias sem propósito, se encontra no “ABC da liberada”, artigo de Millor Fernandes que inaugura a nova revista da Editora Três. É claro que, como intelectual, Millor tem a plena liberdade de escolher as idéias e os setores sociais que defenderá. O desagradável é que tenha optado no caso da emancipação da mulher, pela atitude de vender coelho por lebre, na medida em que procura justificar posições obscurantistas pela pseudo defesa de problemas mais graves.

Algoz ou vítima?

Este é o título que encabeça o citado abecedário, e onde Millor terminará por concluir que a mulher é a algoz sexual do homem e não vice-versa, através do seguinte raciocínio: “...nas praias de Ipanema, por exemplo, as grã-finas, com seus maravilhosos corpos voadores (...) se exibem exatamente para paus-de-arara da indústria imobiliária (...) que passam a vida sem mulher (...). O exibicionismo feminino, no caso, só seria justo, repito, se os paus-de-arara pudessem reagir biologicamente. Já não digo atacá-las (e por que não? estariam apenas se defendendo, aceitando um repto desigual) mas, fazendo o que alguns fazem ao espia-las detrás de uma palmeira.”

É dessa maneira que M.F. faz “justiça social”. Como se as mulheres fossem sempre grã-finas e os homens que as importunam, sempre paus-de-arara. E a partir daí, e de exemplos de homens que, “mesmo dentro de uma mesma classe social”, são “proibidos de tomar uma atitude contra a habitual agressão feminina”, “prova” que as mulheres são algozes. Ou seja, vítimas de agressões sexuais (como comprovam o caso de Aida Cury, o da menininha assassinada em Brasília, etc.). O problema da opressão sexual fica aí reduzido, na chacota, ao mero conflito entre as reações (biológicas) masculinas ao exibicionismo feminino.

Evidentemente, Millor Fernandes não está sozinho em suas concepções. Aquilo que ele, em tom de brincadeira, defende, também é defendido e seguido na prática pelo grã-fino Osvaldo Lara Vidigal que recebeu incensos de um editorialista da revista Isto é. Este sinistro personagem das altas rodas paulistas (que “queima 500 mil cruzeiros por mês” em festinhas e outras ocupações no estilo) conta uma de suas “brincadeiras inocentes:

(ou seja, daquele que procura justificar posições conservadoras, fazendo-se de “defensor dos fracos e oprimidos”) Sobre o artigo “ABC da liberada”, Millor Fernandes, para o nº 1 da revista Isto É (Ed. Três, 1976)



FOTO: RUTH TOLEDO

Esse ato imperdoável de vandalismo e barbárie na certa significa, para o próprio autor da brincadeira, apenas uma forma de legítima defesa ante o exibicionismo das mulheres.

Na letra B de seu abecedário, Millor ataca novamente o feminismo em nome da justiça social. “Apesar do vanguardismo das mulheres igualitárias (...) estou para ver um quarto de empregada com essa coisa simples mas indispensável para a mulher média brasileira, tão orgulhosa de sua higiene: o bidê.”

Observação justa, mas incompleta. A falta de conforto geral nos banheiros e quartos de empregadas são realmente alguns dos inúmeros problemas que as mulheres, trabalhando como domésticas, têm de enfrentar. E são justamente mulheres, que constituem a maioria dos empregados domésticos: pelo último censo, mais de 600 mil mulheres ganham baixos salários, trabalham em período integral e sem nenhuma garantia em caso de doença ou velhice. O feminismo pode servir a elas na medida em que parte da concepção de que a situação da mulher na sociedade é determinada, conjuntamente, por sua origem social e por seu sexo. As trabalhadoras, além dos problemas sofridos pelos trabalhadores em geral, têm que se submeter as discriminações por pertencerem ao sexo feminino. Mas estes são aspectos que, naturalmente, estão fora da compreensão dos intelectuais descompromissados.

Um abecedário que gira em torno de uma letra só: Preconceito

O abecedário de Millor, de A à Z, gira em torno de uma mesma concepção: não existe questão feminina, pois dentro de cada camada social a situação da mulher é

sempre mais favorável que a do homem. Assim, ele nos garante que os homens sempre foram “eticamente superiores às mulheres, nunca aceitaram o papel de homens-objetos, economicamente dependentes.” Ora, fora as rodas que os intelectuais frequentam, e que são representativas de uma parcela minúscula da sociedade, e em que existem pessoas que podem se dar ao luxo de não exercer nenhum trabalho, a grande maioria das mulheres brasileiras trabalha, e muito. Este trabalho pode ser exercido dentro de casa ou fora (as mulheres representam mais de um quinto da população ativa do país) e, muitas vezes, é exercido dentro e fora de casa, fazendo com que grande parcela das mulheres tenham uma dupla jornada de trabalho.

O fato dos serviços domésticos da dona de casa não serem remunerados (o que leva à dependência econômica da mulher), se deve a forma de produção econômica da nossa sociedade, que valoriza exclusivamente o trabalho que objetiva lucro. Assim, o trabalho doméstico, apesar de socialmente necessário, não é considerado como atividade econômica. Mas enquanto eles não forem realizados em escala industrial, alguém tem que cozinhar o arroz-e-feijão diário, lavar roupa, cuidar das crianças, etc. Atos aparentemente insignificantes, mas que são na verdade indispensáveis para a continuidade da sociedade.

Até no ato máximo de degradação humana — a venda do próprio corpo — M.F. descobre a superioridade da condição feminina, justamente no fato da mulher poder vender seu corpo, na miséria, o que é difícil para os homens. Ele critica o “grupo de grã-finas que transforma a prostituição num ato machista em que a mulher é puramente a vítima”, quando vivemos “num mundo de milhões de famintos”.

Esta é a declaração suprema de impotência de intelectuais confusos: justificam uma injustiça pela constatação de outros tipos de injustiças e misérias. A prostituição não é um fato inevitável, a não ser para quem tenha a concepção de que todas as sociedades humanas são intrinsecamente perversas. Além de não ser inevitável, a prostituição não pode ser considerada como “um mal menor” entre outros males, ou, como faz Millor, uma vantagem relativa das mulheres — pois corresponde a uma situação de degradação física e espiritual que não pode ser vantajosa em nenhuma circunstância. É preciso muito humor negro para descobrir a superioridade feminina na possibilidade de prostituir, o próprio corpo.

Mas é mais fácil (e cômodo) atacar quem se insurge contra a prostituição, do que tentar fazer algo para melhorar as condições de vida das prostitutas, e de todos aqueles que vivem num “mundo de miséria, de injustiça econômica inacreditável”, como fica mais do que patente no abecedário do sr. Millor Fernandes.

A imprensa do leitor depende exclusivamente das vendas e

Há dois anos, o "Grupo de Ação do Terceiro Mundo", uma organização independente da Suíça, publicou um livreto intitulado "A Nestlé Mata Bebês". Sentindo-se ofendida, a gigante multinacional moveu uma ação judicial contra o grupo, fazendo quatro acusações. O processo foi correndo normalmente até que no mês passado, a Nestlé retirou três das quatro acusações e, logo em seguida, o juiz da Corte Distrital de Berna dava vitória à Nestlé na acusação restante: a que dizia respeito ao título do livreto, considerado injurioso.

E, embora o juiz tenha pedido à multinacional que mude sua técnica de publicidade no Terceiro Mundo, a Nestlé completou sua jogada publicitária. A grande imprensa deu ênfase à vitória da Nestlé, sem se preocupar em explicar, por exemplo, o porque da retirada das outras três acusações, dois dias antes do julgamento final. Naturalmente, a multinacional estava prestes a ser derrotada em três e ganhar em uma. As outras três acusações diziam respeito à afirmações feitas no livreto de que as campanhas promocionais da Nestlé são "imorais e desprovidas de ética", que seus métodos de venda "provocam a morte e danos em milhares de crianças do Terceiro Mundo", e que a multinacional "veste garotas-propagandas como enfermeiras", para despertar credibilidade.

A vitória da Nestlé se deve ao fato do juiz ter achado que as provas apresentadas pela defesa (depoimentos de médicos, dados resultantes de pesquisas feitas por órgãos oficiais no Terceiro Mundo e por aí afora) eram insuficientes. Ou seja, as evidências não eram suficientes para provar, segundo a corte de Berna, que a Nestlé mata bebês. Estudos existentes, porém, mostram que a substituição do leite materno pela mamadeira nos primeiros dois anos de vida do bebê é responsável pela morte de milhares e milhares de crianças, especialmente nos chamados países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Na verdade, o livreto publicado em 1974 pelo "Grupo de Ação do Terceiro Mundo" é uma reedição modificada de um trabalho publicado pouco tempo antes na Inglaterra, sob o título "Os Matadores de Bebês" (The Baby Killers), que não se referia diretamente à Nestlé, mas a acusava implicitamente, pois esta é a maior empresa do ramo no mundo capitalista, praticamente, monopolizando o abastecimento de alimentos artificiais para crianças no Terceiro Mundo. Logo em sua introdução, o "The Baby Killers" afirmava: "... a escolha de substitutos artificiais em lugar do peito materno significa escolha entre saúde e doença". É a única coisa que se pode dizer em favor da Nestlé é que ela não é a única responsável pelo destino dado aos bebês do Terceiro Mundo.

Os médicos são unânimes em afirmar que a alimentação do bebê por meios artificiais pode tranquilamente substituir o leite materno, mais isto só em casos onde não há outra alternativa. Ou seja: a mamadeira deve ser encarada como uma medida de emergência. Ocorre porém, que os governos (e muito menos as indústrias) não dão atenção a este fato, muito pelo contrário, pois incentivam o uso da mamadeira, que é uma forma prática de ajustar a questão da alimentação dos bebês às necessidades do sistema de produção.

Os custos da troca

O problema maior, porém, é o de que as indústrias de alimentos para bebês forcem, através de campanhas promocionais das mais diversas a utilização do alimento artificial (especialmente o leite em pó para recém-nascidos) entre populações que não têm a menor condição de fazer uso deles de maneira apropriada. Primeiro porque, por uma simples questão de poder aquisitivo, a maior parte da população do Terceiro Mundo não tem condições de adquirir a quantidade suficiente de leite para a alimentação dos bebês. Segundo no "The Baby Killers", há estimativas comprovadas de que o leite artificial é frequentemente diluído em até três vezes mais água do que a quantidade mínima recomendável. E assim o bebê entra no caminho da desnutrição. Primeiro ele deixa de ganhar peso e logo em seguida começa a perdê-lo, atingindo uma situação conhecida por "marasmo", quando seu corpo se torna altamente vulnerável à infecções.

Outro aspecto de extrema importância é o de que a maioria das mães do Terceiro Mundo não tem condições de esterilizar a parafernália de alimentação artificial de maneira apropriada. A má esterilização da mamadeira, bico, etc. provoca a gastroenterite, que na maioria dos casos é fatal. Mesmo na Grã-Bretanha, um país onde a assistência médica é socializada e é considerada a melhor do mundo Ocidental, o problema da gastroenterite ainda preocupa as autoridades. Em todas as clínicas infantis, mantidas pelo governo, por exemplo, há cartazes alertando as mães quanto ao perigo dessa doença.

O JULGAMENTO DA NESTLÉ

Jaime Sautchuk (Correspondente em Londres)

Por seu lado, o leite industrializado, por mais que se assemelhe ao materno, está longe de se igualar a ele. Primeiro porque o leite materno se adapta naturalmente às condições em que a pessoa vive, ou seja, o leite de uma mulher esquimó tem composição diferente do de uma mulher que viva numa região tropical, por exemplo. Além disso, o leite materno confere imunidade contra várias doenças, não carece de equipamentos adicionais e não custa nada. A produção do leite materno praticamente só é afetada por condições severíssimas de subnutrição da mãe.

É evidente que em regiões do mundo onde a mãe não tem condições nem de comprar a quantidade de leite suficiente para o bebê é porque ela própria não se alimenta de maneira desejável. Mas, em termos de valor social, é muito melhor que os países em desenvolvimento promovam a melhor alimentação das mães do que chegar ao cúmulo de distribuir leite industrializado, indiscriminadamente, a camadas da população incapacitadas de usá-lo devidamente.

Defesa das indústrias

Não são poucas as maneiras pelas quais as indústrias procuram se defender das acusações que a cada dia que passa as cercam mais. A primeira delas é a de que "a maioria das mães não possui leite para amamentar os bebês". No entanto, segundo Mike Muller, o autor do estudo que acabou gerando a polêmica da Suíça, de 85 a 95 por cento das mulheres são biologicamente capazes de amamentar seus filhos, sendo que até 30 por cento delas podem apresentar dificuldades (a maioria de cunho psicológico), as quais, no entanto, são facilmente contornadas, desde que haja uma orientação correta.

Outro ponto em que as indústrias alegam agir de maneira coerente é o da orientação das mães. A Nestlé, por exemplo, alega que seus produtos de alimentação artificial são sempre acompanhados de instruções. Mas a maioria da população do Terceiro Mundo é analfabeta, e quando essa orientação chega às mães, indo de boca em boca, é difícil acreditar que elas tenham condições de segui-las. Como lavar e esterilizar propriamente a mamadeira num barraco onde os canos de água e esgotos passam a quilômetros dali? Uma mãe que mal-e-mal consegue comprar o leite certamente não joga fora o que resta dentro da mamadeira, acrescentando a ele o que for necessário à próxima refeição. O que ocorre com grande frequência é que as mães não dispõem de recipientes apropriados para guardar o leite sobrado, deixando-o na próxima mamadeira. Vai daí que na refeição seguinte o equipamento não é esterilizado e isso torna-se facilmente um círculo vicioso. Se bem que as indústrias sugerem que o leite seja guardado na geladeira...

"Amor e Lactogeno"

As campanhas promocionais das indústrias de alimentos infantis são, como diz o "Grupo de Ação do Terceiro Mundo", "imorais e desprovida de ética". Elas vão desde campanhas "educativas" patrocinadas ou efetuadas diretamente pelos fabricantes até o granjeamento da convivência dos médicos. Na Nigéria, por exemplo, 70 por cento das mães usavam em 1974 formas artificiais de alimentação dos bebês com menos de quatro meses de idade. Um dos motivos da debandada geral do sistema natural de amamentação é o de que as indústrias vinham utilizando apelos de "força e capacidade" em seus anúncios. Estes dois fatores da vida humana têm grande importân-



O leite materno imuniza o bebê contra várias doenças, não custa nada nem exige equipamentos adicionais (mamadeiras, esterelizadores, água filtrada etc).

Apesar de todas essas vantagens, uma forte campanha publicitária convenceu a 70% das mães nigerianas a comprarem leite em pó, sujeitando seus bebês a risco de infecções e subnutrição

cia na cultura daquele país, daí o motivo pelo qual as indústrias os utilizaram em seus anúncios.

Em 1974, o "The Baby Killers" afirmava: "As companhias que utilizam enfermeiras (às vezes qualificadas, às vezes não) afirmam que sua função é 'educacional'. Elas têm a função de dar conselhos nutricionais e instrução para as mães ao invés de simplesmente vender o produto de sua companhia". Os anúncios pelo rádio, televisão e outros meios publicitários não são menos ferozes. Em 1974, quando o "Grupo de Ação do Terceiro Mundo" publicou o "Nestlé Mata Bebês", algumas emissoras de rádio africanas romperam contratos que mantinham com a multinacional. Uma rádio do Quênia suspendeu o seu melhor contrato publicitário, e através dela ninguém mais ouviu "Lê ao seu bebê amor e Lactogeno".

A verdade é que as campanhas publicitárias das multinacionais do setor surtem efeitos, às vezes auxiliados pela convivência de governos ou pelas classes profissionais ligadas ao setor (médicos, enfermeiras e assistentes sociais). Uma pesquisa revela que, há 20 anos, 95 por cento das crianças de um ano de idade no Chile eram alimentadas com leite materno. Hoje, apenas 20 por cento dos bebês com idade de dois meses o são. E o exemplo chileno encontra eco em toda a América Latina, com algumas exceções.

A Nestlé foi acusada de promover campanhas publicitárias "imorais e desprovidas de ética" e de "provocar morte e danos em milhares de bebês do Terceiro Mundo"

A mamadeira é, enfim, vista como uma dádiva do "progresso" no mundo capitalista, que deve ser integrada o mais rápido possível à vida do Terceiro Mundo. Isto pelo menos é o que as indústrias querem. A proliferação de tabus e preconceitos a respeito da questão é outro motivo que leva as mães a trocar de método de amamentação. "Uma mulher que amamenta seu filho com seu próprio leite fica com os seios grandes, caldos".

Os publicitários de branco

Como fruto do imperialismo cultural, a maioria das universidades do Terceiro Mundo baseiam seus currículos no sistema de ensino dos países industrializados do Ocidente. Na área da Medicina esta questão atinge proporções senão maiores, pelo menos mais gritantes. Como resultado disso, os estudantes de Medicina encaram a alimentação infantil com ênfase no aspecto artificial, chegando ao absurdo de não haver no currículo de faculdades de Medicina sequer referências à amamentação pelo seio materno, como prova uma pesquisa feita na Faculdade de Medicina de Kuala Lumpur, na Malásia, citada no estudo de Mike Muller.

Muitos médicos se tornam, desta forma, verdadeiros garotos-propaganda das indústrias de alimentos infantis. Além disso, as multinacionais da mamadeira usam de todas as formas de promoção junto à classe médica. Eles são visitados pelas "enfermeiras" das indústrias de tempos em tempos, recebendo livros, catálogos e "orientação" sobre os alimentos artificiais. Em vista disso, os conselhos dados pelos médicos quanto ao aspecto da alimentação são sempre confusos, sem esclarecer os pontos vitais da questão. Como as próprias "enfermeiras" das indústrias, os médicos normalmente afirmam que "o leite materno é a melhor coisa, mas os métodos artificiais de amamentação são igualmente eficientes".

Pode-se observar o exemplo do livro "A Vida do Bebê", de Rinaldo de Lamare, considerado "a bíblia da mãe brasileira": "Quando o bebê passa do seio à mamadeira, ele perde. Deixa de sugar de sua mãe e de apoiar o rosto sobre o seio, sem a possibilidade de senti-la, tocá-la e receber o calor materno". Os motivos são, portanto, puramente sentimentais? Ao tomar mamadeira no colo da mãe o bebê não a toca? Não a sente? É bom lembrar que este mesmo livro cita pelo menos um produto por página, a começar para Lactogeno, Nestogeno, Neston, Faricnha Láctea Nestlé e por aí afora.

Não há dúvidas de que toda e qualquer tentativa para controlar o problema deve partir das autoridades governamentais. Há muitas maneiras de controlar a ação dos interessados na proliferação desnecessária dos alimentos artificiais para bebês. Eis alguns exemplos:

- Incentivar as mães, através de campanhas educacionais, a amamentar seus filhos pelo método tradicional, ou seja, no seio.

- Proibir a publicidade por parte das indústrias de alimentos infantis em qualquer nível e através de qualquer meio de divulgação. (Há países, como a Suécia, que já tomaram medidas neste sentido, proibindo total ou parcialmente a divulgação destes produtos).

- Promover a orientação dos médicos, enfermeiras e assistentes sociais para que participem da ação governamental, dando ênfase à alimentação natural e acompanhando o uso dos meios artificiais nos casos em que eles se mostrarem estritamente necessários.

- Alertar quanto ao fato de que mesmo nas camadas mais favorecidas da população existe o risco referente à esterilização do material de amamentação.

- Reformular a legislação trabalhista para que as mães que trabalham possam (e sejam amparadas legalmente para isso) cuidar, ao mesmo tempo, da alimentação dos filhos. Isto pode ser feito através de medidas como a adoção de creches nos locais de trabalho, concessão de intervalos nas horas que coincidem com as que o bebê deve ser alimentado e assim por diante.

E a tudo isso pode-se acrescentar um dado importante: o lucrodas indústrias. Em 1971, os principais fabricantes de alimentos artificiais para crianças obtiveram os seguintes resultados financeiros: o total de vendas da Nestlé atingiu 3,4 bilhões de dólares, renda superior ao Produto Nacional Bruto da Tunísia e Uganda juntos; a General Foods faturou 2,3 bilhões de dólares, o que é superior ao PNB do Equador referente ao mesmo ano; e o Kraftco obteve um rendimento de perto de três bilhões de dólares, o que é três vezes superior ao PNB da Bolívia e Paraguai referentes a 1971 (dados fornecidos por Mike Muller).

Se, como decretou o juiz da Corte Distrital de Berna, não houve provas suficientes de que a Nestlé mata bebês, a quem responsabilizar então?

A POLUIÇÃO E AS CRIANÇAS

A MORTE NO AR EM SÃO PAULO

Silvia Campolim



Naquela manhã de sábado, o céu de Sto. André estava completamente azul. Mas, uma faixa de cor meio cinza, meio amarronzada no horizonte, que fazia a volta por toda a cidade, anunciava a presença de grande concentração de poluentes na atmosfera. (1)

Num pequeno pátio da sede da Fundação de Assistência à Infância de Santo André (FAISA) uma instituição financiada pela prefeitura local, 14 crianças de 6 a 12 anos, perfiladas, voltavam-se atentamente para a dra. Maria Altherthum, a médica pediatra e especialista em doenças alérgicas. Descuidadamente elas procuravam reproduzir os movimentos dos exercícios respiratórios que a médica lhe ensinava.

São todas crianças asmáticas ou alérgicas, que estão aprendendo a respirar pelo diafragma, a forma correta de respiração, diz a dra. Maria, "mas à qual as pessoas asmáticas não estão habituadas ou mesmo têm muita dificuldade em aprender, pois, nas crises, elas se acostumaram a orientar todo o ar para a parte superior do tronco, como uma resposta angustiada à falta de ar que as crises provocam. Entretanto, é justamente esta reação que contribui para que a crise se torne insuportável ao doente, na medida em que o impede de ventilar completamente os pulmões e colabora para que uma parcela do ar se retenha dentro deles, e os sufocuem".

Enquanto as crianças tentavam repetir os exercícios, na rodinha de mães ali perto os comentários eram mais ou menos parecidos: "Minha filha estava crescendo bonita, forte, mas depois que tomou corpo, começou a emagrecer, foi definhando, e já teve duas crises terríveis". Ou ainda: "puxa vida, tem criança que desaparece, de tão magra, por causa da asma".

Embora a poluição do ar não agrave unicamente as crises asmáticas nas crianças, (2) estas servem, comprovadamente, como um dos melhores indícios da poluição ambiental. Irritando o aparelho respiratório, os poluentes também provocam maior secreção, e é esta secreção que serve para a proliferação dos germes.

O ar das infecções

Desde 1967, data em que a FAISA começou a atuar em Santo André, através de 13 postos de atendimento, que os médicos atentaram para a relação muito estreita entre crises asmáticas e poluição do ar. Já naquele ano, as crianças atendidas no Centro de Saúde invariavelmente apresentavam problemas respiratórios, principalmente de asma. E tanto o número de crises de asma aumentou que a FAISA, dois anos mais tarde, equipou todos os postos de atendimento com balão de oxigênio.

E no ano de 1969, depois de dois anos em contato com o trabalho de atendimento desses problemas, começaram a surgir os primeiros estudos de evolução de doenças respiratórias naquela área.

Um deles, realizado pelo médico Herval Pina Ribeiro, epidemiologista e pesquisador, ligado à Organização Mundial de Saúde, e, na época, prestando serviços na FAISA, fazia uma análise comparativa entre infecções das vias aéreas superiores (como a bronquite e asma) e a poluição do ar, em menores de 12 anos de Santo André. Este estudo preliminar constatou, diz Herval, que existia uma relação direta e altamente significativa entre poluição do ar e doenças infecciosas das vias respiratórias.

Efeitos da pobreza

O outro estudo, feito pela Dra. Maria Altherthum, que trabalha na Fundação desde 1969, fez um levantamento da bronquite asmática entre as 70.581 crianças de até 12 anos matriculadas nos 13 postos da FAISA.

Em consequência destas primeiras pesquisas de 69, os médicos lançaram as primeiras hipóteses para explicar a ocorrência exagerada de crises de asma nas crianças de Santo André, já densamente industrializada. Entre estas conclusões, era possível destacar alguns fatores. Primeiro, que a pobreza — expressa nas condições precárias de habitação, alimentação e resistência às temperaturas frias e úmidas, combinada com a poluição intensa, aumentava o número das crises. E segundo, que estes dois fatores, atuando simultaneamente, influíam sobre a manifestação da doença, antecipando o seu aparecimento. Por exemplo: das 70.581 crianças matriculadas nos 13 postos da FAISA (aproximadamente 66,58% do total da população infantil de Santo André), cujas fichas foram analisadas, 8,99% tinha asma. Uma porcentagem altíssima, segundo os médicos, já que o normal é a doença se apresentar no máximo em 1% do total de uma população estudada.

Além disso, verificou-se na pesquisa que 52,3% do total das fichas de crianças atendidas pela FAISA registravam o surgimento da asma — quando da primeira crise — antes que as crianças tivessem completado dois anos de idade, fato incomum, declarou Maria Altherthum, já que o normal é a asma se manifestar depois dos três primeiros anos de vida.

Isto não significa, entretanto, que a poluição do ar causa asma brônquica nas crianças. Diz o médico Herval Ribeiro: "Sabemos que a asma é hereditária, que se trata de uma predisposição congênita. No caso, portanto, o que podemos concluir é que a poluição atua no sentido de aumentar o número de crises. Aí estaria a correlação entre um e outro fato, pelo que mostraram as experiências e pesquisas realizadas até agora".

Agora, Herval Ribeiro está documentando esta hipótese através de outro estudo, em que comparou crianças de 8 a 12 anos de Embu-Guaçu, uma região da capital praticamente sem poluição, com as de mesma idade de São Caetano, (uma cidade da área industrializada de São Paulo, vizinha a Santo André, com altos índices de poluição). (Ver tabela)

Em outubro de 75, no Congresso da Sociedade Brasileira de Pneumologia, Herval Ribeiro diria que São Paulo, onde o índice de mortalidade por tuberculose é mais baixo, caracteriza-se como a única capital brasileira em que as doenças do aparelho respiratório constituem a segunda causa de óbito. Entre estas doenças, a asma, bronquite, e enfizema pulmonar constituiriam a segunda causa de morte, depois da pneumonia.

No entanto, a posição que as doenças respiratórias, especialmente a asma, ocupam no quadro das doenças em geral, ganha expressão maior quando referida aos dados levantados pela dra. Maria Altherthum, para os anos de 1967 a 74, em Santo André. Em sete anos, de 67 a 74, a ocorrência de crises asmáticas sobre as doenças em geral nas crianças da região aumentou de 3,05% a 7,19%, sobre as doenças do aparelho respiratório, a porcentagem cresceu de 7,22% para 15,08%, atingindo o máximo em 73. Estes dados mostram que o número de crises asmáticas cresceu 2,22 vezes no período estudado.



As diferenças no ar

Além da poluição, mais uma vez Maria Altherthum levanta a hipótese, como no estudo de 1973, da influência do fator sócio-econômico nas crises asmáticas, desde que este fator acentue a influência das oscilações de temperatura. Diz ela:

"As habitações precárias existentes nos bairros pobres da periferia da cidade podem implicar que seus moradores fiquem praticamente desprotegidos quando ocorrem as quedas bruscas de temperatura, num clima úmido por excelência".

De fato, a pesquisa verificou que os picos anuais de crises asmáticas, quando o número de casos atingiu quase que o dobro do nível dos outros meses, coincidiu com o declínio de temperatura com umidade elevada e precipitações pluviométricas baixas. Ao mesmo tempo, a poeira em suspensão apresentou-se em elevação e o número de inversões térmicas de baixa altura foi relativamente alto.

Dai o número crescente de crises, explica Maria Altherthum, pois as crianças alérgicas tem brônquios hipersensíveis, que respondem a mudanças das condições climáticas e meteorológicas, da mesma forma que à poluição, quando a mistura de substâncias atuam como agentes irritantes sobre o seu estado alérgico.

Não é por acaso que a vacina contra asma é produto de uma mistura de pó, de origem diversa, trabalhada em laboratório. É que o tratamento feito através da crescente aplicação do pó no organismo do asmático pode pro-

Na cidade poluída, 70% de crianças doentes; na área de ar limpo, apenas 13%			
Cidade	Total de crianças examinadas	Crianças doentes (1)	Porcentagem
São Caetano (cidade industrial de ar poluído)	1 000	700	70%
Embu (cidade sem indústrias de ar puro)	900	117	13%

(1) Por coriza, tosse e asma brônquica.

duzir uma reação, através da criação de anticorpos, e imunizar o doente, diz a dra. Maria. Além da vacinação, há uma lista de recomendações que a médica distribui entre as mães das crianças matriculadas na FAISA (atualmente 2.200 crianças lá comparecem mensalmente para orientação e tratamento) sobre os cuidados elementares que elas devem tomar no ambiente doméstico, tais como: evitar a poeira, umidade, mofo e exposição à chuva, entre outros, e observar se os sintomas na criança coincidem com a ingestão de algum alimento específico, ou com o contato com alguma substância irritante.

Entretanto, os médicos reconhecem que observações desse tipo não passam de paliativos, a colaborar isoladamente para o problema sem se constituir como efetiva solução para a melhora da saúde dos asmáticos. Porque, diz Maria Altherthum, as mães, muitas vezes não tem condições econômicas de seguir as prescrições médicas, e nada podem fazer quando o agente externo é imbatível, individualmente, como é o caso da poluição do ar.

O dr. Herval afirma que os problemas de poluição e, consequentemente, de más condições de saúde da população (principalmente da parcela infantil, mais exposta aos riscos porque é mais frágil organicamente) só podem ser resolvidos através de decisões rigorosas, como obrigatoriedade de uso de filtros pelas indústrias poluidoras, solução parcial, segundo ele, mas importante. E outras medidas que evitassem a continuidade do processo de polarização industrial e que institucionalizassem uma política agressiva de transportes de massa.

Porém, disse ele no Congresso da Sociedade Brasileira de Pneumologia, se o número de favelados na cidade de São Paulo aumentou no último ano em 80%... (Perto de 130.000 pessoas vivem em favelas, 615.000 em cortiços, e 1.800.000 em casas precárias na periferia de São Paulo).

Nesta área periférica da cidade, ocupada por esta população, somente 20% das casas têm esgoto e apenas 46% têm água encanada. Se as condições oferecidas pelos setores de transporte, saneamento básico, trânsito, habitação e emprego são tão precárias, podemos realmente falar que a poluição do ar constitui um problema?

E, lembrando que em julho do ano passado, pesquisas de opinião pública apontaram a poluição como a primeira preocupação do paulistano, Herval colocou, que sem duvidar da seriedade dessas pesquisas, se interrogava a respeito da validade de seus resultados, para ampla projeção. Porque, dizia ele, se parte significativa da população vive em condições desfavoráveis, tem baixo poder aquisitivo e carece dos serviços mais elementares e indispensáveis, esta fração dificilmente afirmaria que a poluição é o problema que mais a aflige.

Com isso, Herval não queria dizer aos congressistas que o problema da poluição não existe. "O problema existe e é sério, principalmente para uma parcela muito maior da população que não o sente prioritário, mas prioritariamente sente os seus efeitos".

(1) Santo André, uma das três cidades da região do ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano), municípios com grande número de indústrias na Grande São Paulo. É lá que se concentra, por exemplo, a indústria automobilística.
(2) Um estudo da Cetesh, feito pelos médicos René Mendes e Celina Wakamatsua, constatou que há uma relação direta entre poluição e doenças respiratórias. Os resultados da pesquisa, apresentados na semana passada, estão baseados no estudo de oito mil casos clínicos na cidade de São Caetano, município da Grande São Paulo, onde se concentram 417 indústrias atualmente. Através desse levantamento, constatou-se o aumento de 187% dos problemas cardio-vasculares entre a população mais suscetível de S. Caetano, além de um crescimento de 65% dos casos de doenças respiratórias, na última semana do mês de junho, (ver a tabela). Os mais atingidos, dizem os médicos, são crianças de um a quatro anos e os adultos entre 29 e 49 anos.

A CLT em vigor, apesar das inovações quanto ao trabalho da mulher, ainda não lhe permite a igualdade de condições que a sua capacidade pode suprir, mesmo levando-se em conta os problemas acarretados pela maternidade.

Regulamentação Especial para a Mulher-final

SMUL

Recordando que "vale a leitura de uma página da exposição de motivos do anteprojeto da Consolidação, que exagera quando o admite como grandemente inovador: "O capítulo versando os fundamentos da política de proteção ao trabalho da mulher foi inteiramente novo... Merecem, outrossim, destaque algumas medidas inovadoras mas em estrita correspondência com os imperativos de defesa da raça", prossegue o advogado Evaristo de Moraes Filho, no seu ensaio "O Trabalho Feminino Revistado".



As creches comunitárias devem ser mantidas pelas próprias empresas ou mediante convênios com outras entidades públicas ou privadas.

Em defesa do trabalho e maternidade

Ainda no parágrafo acima ele diz:

“Solução de grande repercussão foi dada ao problema das creches, em harmonia com as conclusões da Conferência de Havana, de 1939, a que assistiu como chefe da Delegação Brasileira, o presidente da Comissão elaboradora do anteprojeto, na qualidade de Diretor do Departamento Nacional do Trabalho.”

Nessa conferência recomendava-se que as creches deveriam funcionar nos centros de mais densa população, de tal modo que fosse evitado o transporte das crianças para longas distâncias, levando-se em conta as conveniências de mães e filhos. E foi assim, que as creches nos próprio estabelecimentos industriais, deixaram de ser aconselhadas, sendo-o apenas como recurso excepcional, quando não houvesse creches nos conjuntos residenciais.

“Encarando desde logo a possibilidade da objetivação dessa idéia, foram ouvidos, em tempo, os presidentes dos Institutos de Previdência Social, que concordaram com a indicação, enquadrando-a no programa da construção dos conjuntos residenciais de mais de cem casas.

A proteção prática e decisiva à maternidade concretizou-se, realmente, com a estipulação da obrigação, determinada pelo art. 137, letra “I” da Constituição, quanto ao repouso antes e depois do parto sem prejuízo de salário, cujos períodos foram fixados, respectivamente, em seis semanas, de acordo com a Convenção de Washington, promulgada pelo Brasil mediante o Decreto n.º 423, de 12 de novembro de 1935.

Assim, foi contemplada, na Consolidação, uma das magnas questões para a sobrevivência do Brasil como povo.”

“Infelizmente, — comenta o advogado Evaristo de Moraes Filho —, sabemos todos quão retumbante tem sido em nosso país o fracasso e a ausência desses creches, públicas ou particulares, previdenciárias ou por conta da empresa”.

“REGULAMENTAÇÃO EM VIGOR”

Concluindo o seu ensaio, o advogado Evaristo de Moraes Filho fala da regulamentação atual, dizendo que “Vêm as mulheres se constituindo em grupos de depressão, em lobbies de toda espécie e natureza, pleiteando a revogação de muitas, senão todas, das disposições que lhes regulamentam o trabalho de forma especial. Aham elas, com bastante razão também em quase todos os casos —, que tais medidas excessivamente protecionistas acabam por lhes ser discriminatórias, contra elas, relegadas ao exercício de certas profissões sempre de acordo com suas “peculiares condições físicas e fisiológicas”, sendo-lhe vetadas numerosas outras, tidas como exclusiva ou primordialmente masculinas.

Depois da vigência da Consolidação, em 1943, muitas já foram as modificações no capítulo do trabalho das mulheres, quase sempre ditadas pelas necessidades nacionais, pelas transformações tecnológicas, pela expansão do mercado de trabalho das mulheres e pelo combate à discriminação contra o trabalho feminino.

O art. 374 foi alterado, igualando-se a prorrogação da jornada do trabalho da mulher de mais 2 horas, “independentemente de acréscimo salarial”, mediante convenção ou acordo coletivo, desde que o excesso de horas em um dia seja compensado pela diminuição em outro, de modo a ser observado o limite de 48 horas semanais ou outro inferior legalmente fixado. Até a data desta alteração, pelo Decreto-Lei n.º

229, de 28 de fevereiro de 1967, sempre que se fixava semana inglesa ou reduzida, as mulheres percebiam adicional extraordinário; o que desapareceu agora”.

Outra modificação notória, refere-se à ampliação das oportunidades de trabalho para a mulher, não mais proibindo o trabalho noturno da mulher de 18 anos em geral, exceto as empregadas em “serviços de saúde e bem-estar”, quando anteriormente se aludia apenas à enfermagem. Aumentada a sua compreensão, já se permite o trabalho noturno às “que, não executando trabalho contínuo, ocupem cargos técnicos ou postos de direção, de gerência, de assessoramento ou de confiança”, sendo que pelo Decreto-Lei n.º 744 de 6 de agosto de 1969, a redação desse dispositivo foi novamente alterada, acrescentando-se três alíneas. Isto é, podem também trabalhar à noite as empregadas, sempre maiores de 18 anos:

“Na industrialização de produtos perecíveis a curto prazo durante o período de safra, quando ocorrer necessidade imperiosa de serviço, bem como nos demais casos em que o trabalho se fizer com matérias-primas ou materiais suscetíveis de alteração rápida, quando necessário o trabalho noturno para salvá-las de perda inevitável; em caso de força maior; nos estabelecimentos bancários, como manda o art. 1.º e seus parágrafos, do Decreto-Lei n.º 546, de 18 de abril de 1969”.

Creches: uma questão oficial ou particular

“Quanto à questão das creches — continua o advogado Evaristo de Moraes Filho — autorizou o Decreto-Lei n.º 229, de 28 de fevereiro de 1967, que pode ser dispensada a exigência dos locais para guarda dos filhos em idade de amamentação, desde que existam creches distritais mantidas, diretamente, ou mediante convênios com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do Sesi, do Sesc, da Lba ou de entidades sindicais.

Regulamentam o assunto as Portarias n.º 1, do DNSHT, de 15 de janeiro de 1969 e de 14 de janeiro de 1971, fixando condições dos locais de guarda e das creches. O número de leitos no berçário obedecerá à proporção de um leito para cada grupo de 30 empregadas entre 16 e 40 anos de idade. Pode ser discutida a legalidade da fixação em 40 anos, quando a lei é omissa a respeito.

No que diz respeito ao salário-maternidade, finalmente colocou-se o direito positivo brasileiro de acordo com os instrumentos internacionais e com a legislação comparada, mediante a promulgação da lei n.º 6136, de 7 de novembro de 1974, que o inclui entre as prestações da Previdência Social, fazendo com que diminua ou abra de a discriminação contra as mulheres casadas ou grávidas.

Para melhor proteger a mãe e a criança, o Decreto-Lei n.º 229, de 1967, alterou o art. 392, dividindo as doze semanas para parto, em 4 antes e 8 depois dele."

Esse mesmo Decreto-Lei revogou o art. 398, que determinava o financiamento de creches para empregadores ou instituições particulares, e alterou a redação do 397, que passou a ser a seguinte:

"O SESI, o SESC, a LBA e outras entidades públicas destinadas à assistência à infância manterão ou subvencionarão, de acordo com suas possibilidades financeiras, escolas maternas e jardins de infância, distribuídos nas zonas de maior densidade de trabalhadores, destinados especialmente aos filhos de mulheres empregadas.

O art. 399 mantém a concessão de um diploma de benemerência aos empregadores que se distinguirem no cumprimento da lei, exigindo o artigo 400, como antes, para os locais destinados a guarda dos filhos na empresa, durante o período de amamentação, no mínimo, um berçário, uma saleta de amamentação, uma cozinha dietética e uma instalação sanitária. A multa, pelo art. 401, passou a ser de 1/5 salário mínimo a dois salários mínimos regionais, o que nos parece muito pouco para assunto de tamanha relevância.

Fora da Consolidação, propriamente dita, várias são as portarias ministeriais que regulam a aplicação dos seus preceitos e fixam critérios de sua fiscalização, irrelevantes para os nossos propósitos. Significativa, juridicamente, é a Lei n.º 5473, de 9 de junho de 1968, que considera nulas as disposições e providências, que, direta ou indiretamente, criem discriminações entre brasileiros de ambos os sexos, para o provimento de cargos sujeitos a seleção, nas empresas privadas e no serviço público de qualquer natureza. Seus infratores ficam sujeitos a multa e prisão, variando esta de três meses a um ano.

Deve ser destacado, igualmente, o Decreto n.º 69.514, de 9 de novembro de 1971, que criou a Coordenação de Proteção Materno-Infantil, na área dos Ministérios da Saúde e da Educação, sob a direção do primeiro. Cabe à Coordenação ditar normas disciplinadoras para a instalação e funcionamento de creches, escolas maternas e jardins de infância, que ficam sob sua fiscalização. Os programas de proteção materno-infantil serão custeados mediante recursos federais, estaduais e municipais, bem como de origem privada. Visarão, de preferência, à criança nas populações de mais baixa renda, especialmente nas zonas e regiões menos desenvolvidas, dando assídua assistência à gestante, à nutriz e aos lactantes, levando sua proteção à criança em idade pre-escolar e escolar."

Conclui esse capítulo dizendo: "Determinava o Decreto que fosse procedida a sua regulamentação pelo Ministério da Saúde. Não sabemos se o foi, nem em que estado se encontra, de efetiva aplicação, essas normas de 1971, realmente inéditas entre nós e do maior alcance prático.

Finalmente, a Constituição em vigor, art. 165, III, proíbe a diferença de salário e de critério de admissões por motivo de sexo, cor e estado civil; X, proíbe o trabalho de mulheres em indústrias insalubres; XIX, confere a aposentadoria à mulher aos trinta anos de trabalho, com salário integral.

Aí está o quadro jurídico, o arcabouço formal e institucionalizado, que regula o trabalho da mulher no Brasil. Proíbe qualquer discriminação na admissão de emprego e na fixação de salários; garante-lhe emprego por motivo de casamento ou gravidez e lhe proporciona proteção remunerada no parto e no aleitamento; veda-lhe trabalho nas indústrias insalubres, perigosas ou penosas, além do trabalho noturno em geral, ao qual abre exceções, exigindo em algumas dessas atestado médico, em geral, além de boa conduta e sanidade física e mental, para outras; autoriza o trabalho extraordinário, desde que sejam mantidas as 48 horas semanais e esteja a empregada munida de atestado médico oficial.

Depois de algumas considerações sobre as medidas adotadas por organizações que se preocupam ou lidam com a legislação trabalhista e de citar vários autores que realizaram trabalhos sobre o tema e as medidas que deveriam ser adotadas para sanar as discriminações ainda existentes, diz o advogado Evaristo de Moraes Filho, em um parágrafo final do seu ensaio:

"Revisitando o trabalho feminino, nos dias de hoje, há de se reconhecer uma forte tendência para a sua revisão, tirando a mulher dessa permanente minoridade social em que tem vivido, tida como meia força, colocada quase sempre ao lado do menor relativamente incapaz.

Entre nós, ainda vigente o art. 380 da CLT, é realmente humilhante e vexatório exigir da mulher, maior de idade, solteira ou casada, atestado de bons antecedentes e de sanidade mental, para poder trabalhar em horário noturno, quando nada disso se exige do homem nas mesmas condições. Na exposição de motivos de 1943, lê-se ali que se tinha em vista impedir a exploração do trabalho das garçonetes. Aqui, também, cometeu-se trop de zèle..."

Regulamentadas
pelas Portarias
n.º 1,
do DNSHT,
de 15/1/1969
e 14/1/1971,
as creches
devem atender
primordialmente
às mulheres
trabalhadoras.

